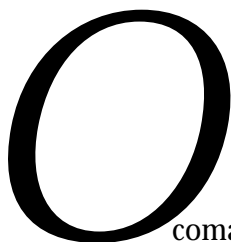


.....

Tragédia em Amapá

A luta



comandante militar da Guiana, capitão Peroz, precisou fazer um longo relatório dos fatos graves que aconteceram a seguir. Ele foi publicado imediatamente no *Moniteur de la Guyane Française*, e traduzido e divulgado por Sílvio Meira²⁷⁰. Parcial, defensivo, ele é mesmo assim um extraordinário guia dos acontecimentos:

Caiena, 27 de maio de 1895

O comandante de batalhão Peroz, comandante das Tropas, ao Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana.

Senhor Governador:

Destes ordem para que eu procedesse a um inquérito geral a respeito dos acontecimentos que acabam de ocorrer no território contestado, sobre o combate do Amapá e sobre as causas contingentes que os provocaram.

O relatório que segue é baseado sobre os informes oficiais que me foram entregues no regresso do aviso Bengali, sobre os depoimentos de numerosos súditos franceses e brasileiros habitantes do território contestado ou da província do Pará sobre as respostas a mim feitas diretamente, sem intermediários nem recurso de intérprete, pelos habitantes do Amapá trazidos a Caiena pelo tenente naval Audibert, à vista de cartas provenientes, quer do Brasil, quer do território contestado, emitidas na maior parte por cidadãos brasileiros, números do Diário Oficial do Estado do Pará e de diversos documentos, tudo por mim traduzido; enfim, sobre

informações de controle que tomei junto aos militares de todos os graus que assistiram ao combate do Amapá

Tenho a honra de ser, com um profundo respeito, Senhor Governador; vosso muito devotado servidor.

*Cmte. PEROZ*²⁷¹

Seguia o relatório:

RELATÓRIO DECORRENTE DE UM INQUÉRITO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO TERRITÓRIO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E SOBRE O COMBATE DO AMAPÁ

A ACONTECIMENTOS SOBREVINDOS NO TERRITÓRIO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO

A 9 de maio, às 8 horas e 30 minutos da manhã o Senhor Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, reunia com urgência em seu gabinete, em conselho consultivo, o Diretor do Interior, o Comandante das Tropas, o Chefe do Serviço Judiciário, o comandante do Bengali.

Na cidade, corria a notícia desde a véspera que os nacionais franceses foram gravemente molestados e saqueados no território contestado, o capitão o Trajano, representante dos interesses franceses em Cunani, fora levado à força e conduzido ao Amapá sob escolta, por bandidos cidadãos brasileiros, armados e comandados pelo chamado Cabral, ex-Chefe insurrecional da Província do Pará

*Uma carta recebida pelo Governador confirmava esses fatos e os apresentava com as cores mais sombrias.*²⁷²

Até aqui era a reação natural de defesa dos interesses dos franceses, e também do sentimento patriótico ainda tão exacerbado naqueles dias. O governador, no entanto, incita os responsáveis para uma reação desproporcional, dentro da concepção colonialista e imperialista francesa, pretendendo criar, para a França, uma política de fato consumado:

DELIBERAÇÃO DE UM CONSELHO CONSULTIVO PRESIDIDO PELO GOVERNADOR

Depois de haver exposto esses acontecimentos ao Conselho, após lhe ter representado que desde 26 de outubro de 1893 havia cientificado o Departamento,

através de 28 cartas e 7 cabogramas, da situação cada dia mais comprometida dos nossos interesses no território contestado, solicitando instruções firmes para a salvaguarda e a manutenção do direito da França, cartas e cabogramas aos quais o Departamento havia respondido por quatro despachos nos quais nenhuma linha de conduta firme era indicada. O Sr. Charvein perguntou aos membros do Conselho se eles não eram de opinião que o momento era chegado de fazer respeitar nossos nacionais e nossos direitos, ou pelo menos de procurar dominar alguns dos larápios que perturbavam essa região e de libertar o capitão o Trajano, detido ilegalmente no Amapá

Ao correr do debate assim conduzido, o sr. M. Lalaune, Presidente da Câmara de Comércio, e E. Le Blond, vice-presidente da citada Câmara, foram, a seu pedido, introduzidos no Conselho e declararam que todos os fatos assinalados eram exatos, que nosso pavilhão além do mais havia sido levado para Cunani e substituído pela bandeira brasileira, que os comerciantes de Caiena estavam profundamente chocados com esses atentados e a população exasperada, que todos pediam reparação imediata e proteção para nossos nacionais e nosso pavilhão

A deliberação continuou até as onze horas; todos os casos que podiam se apresentar foram encarados, as vias e meios, as possibilidades de execução de uma ação de polícia armada discutidas, e finalmente o Conselho decidiu por unanimidade que era urgente enviar sem nenhuma demora o aviso Bengali ao Amapá a fim de libertar o nosso representante, e prender, se possível, os autores de seu rapto, e se informar sobre o estado de perturbação no qual pareciam encontrar-se as aglomerações franco-brasileiras estabelecidas às margens do Cunani e do Calçene.

Para levar esse programa a bom fim, pareceu necessário ao Conselho que um Destacamento de tropas fosse embarcado no Bengali, encarregado de libertar Trajano no Amapá enquanto uma brigada de gendarmaria seria enviada pelo navio comercial Lifjeld, diretamente a Calçene onde apoiaria com a sua presença os nossos compatriotas, prenderia se os houvesse os piratas que, se afirmava, ocupavam os desembarcadouros do rio, e se informaria sobre o estado dos espíritos.

ORDEM PARA ORGANIZAÇÃO DE UMA MISSÃO DE POLÍCIA MILITAR

*Suspensa a sessão o Governador dá ordem ao Comandante das Tropas para organizar os destacamentos de tropas e de gendarmaria, de dar instruções a seus chefes e de preparar o conjunto de operações.*²⁷³

Estava, assim, decidida a intervenção militar. Não era a primeira vez, mas — fora as tentativas de De Ferroles, feitas antes do acordo de fronteiras — até então elas haviam sido lançadas sobre o espaço vazio. Agora elas se projetavam sobre uma região em que a população local tentava suprir a falta de governo, resultado justamente da insistência francesa em manter uma dúvida sobre a fronteira, criando um potencial para sua expansão. Desta vez também, embora o comandante Peroz insistia em que era uma missão de polícia e não de guerra, havia — como ficará claro mais adiante — a decisão de prender cidadãos brasileiros. Não é demais insistir em que uma missão de polícia não teria também cabimento, pois Trajano era reconhecidamente brasileiro, estando completamente fora da responsabilidade francesa. Se fosse empregado francês, caberia a este governo fazer um protesto diplomático, no máximo.

INSTRUÇÕES DO GOVERNADOR AO COMANDANTE DO BENGALI

Decide que o capitão tenente naval, comandante do aviso Bengali, será chefe da missão enviada ao Amapá o durante e dia lhe envia instruções da qual realça a passagem seguinte: “Eu não precisaria vos recomendar quanto é necessário tato e prudência no cumprimento dessa missão que é uma missão de polícia e não de guerra. Nenhum ato de repressão deverá ocorrer senão em consequência de atos delituosos bem evidentes e de uma resistência material que vos seja impossível vencer pela persuasão”.

INSTRUÇÕES VERBAIS COMPLEMENTARES DO GOVERNADOR AO COMANDANTE DO BENGALI

O Senhor Comissário Geral Charvein, no dia 10 à tarde, depois de avisar e em presença do Comandante das Tropas, completa essas instruções com as recomendações verbais seguintes dirigidas ao capitão tenente naval Audibert: “No

caso de encontrardes no Amapá tropas regulares brasileiras, conferenciai com o seu chefe, ao qual solicitareis cópia de suas instruções e ordens de serviço; pedi que vos entregue o capitão Trajano, nosso representante em Cunani, assim como os autores de seu rapto. Deveis estabelecer um processo verbal de verificação: 1º) da presença no Amapá de tropas regulares brasileiras; 2º) da concordância ou da recusa do chefe dessa tropa de ceder à vossa requisição relativa ao caso Trajano; depois, regressareis a Caiena”.

Essas instruções poderiam portanto ser resumidas da seguinte maneira: “Não empregar a força senão em caso de absoluta necessidade, não empregá-la em hipótese alguma contra forças regulares brasileiras.”²⁷⁴

Não é o que fica claro a seguir, nas ordens passadas aos policiais e compatriotas convocados, quando a milícia de Cunani é chamada de os piratas e se prepara uma armadilha:

INSTRUÇÕES DO COMANDANTE DAS TROPAS À BRIGADA DE GENDARMARIA ENVIADA A CALÇOENE

Por sua vez, o Comandante das Tropas conseguia a aprovação pelo Governador das instruções seguintes relativas à conduta da brigada de gendarmaria embarcada no Lifjeld:

“A brigada de gendarmaria ao chegar à corredeira Firmino, no rio Calçoene, se dissimulará a bordo do barco até que os piratas estabelecidos à margem ou qualquer um desses piratas suba a bordo. Nesse momento, ela se lançará sobre esses homens, impedirá que saiam da embarcação e os algemará

“O Chefe dessa brigada exercerá o comando com mão forte sobre os nossos concidadãos presentes a bordo; se for necessário, empregará a força e ordenará o uso de suas armas por todos os gendarmes ou compatriotas convocados.

“Se verificar a possibilidade de descer a terra para, com o apoio dos nossos concidadãos armados, prender alguns piratas que tenham ficado à margem, executará essa operação

“Se, à chegada do vapor Lifjeld no rio Calçoene e depois que esse vapor ancorar, nenhum pirata vier a bordo, ele tentará como foi dito acima e se tal for possível, arrebatar os citados piratas dos locais em que se tenham colocado na margem.



Cachoeira do Petit Dégrad, no rio Calçoene, região das minas de ouro; a palavra dégrad, atualmente usada para designar as cachoeiras, significava o desembarcadouro (Coudreau afirmava: dégrad signifie endroit d'atterrissement ou de débarquement; e o Pe. Labat: lieu ou l'on débarque); no Calçoene, e só no Calçoene, os franceses eram majoritários na época da corrida do ouro

“Se a empreitada lhe parece muito perigosa ou se não puder contar com a ajuda suficiente de nossos compatriotas embarcados no Lifjeld, aguardar-á ancorado a chegada do aviso Bengali, cujo comandante lhe dará novas instruções.

“De uma forma geral, para que a operação prescrita dê certo, será necessário que o comandante do destacamento da gendarmaria não se faça ver e não faça aparecerem seus homens a não ser no momento preciso em que julgar poder agir com sucesso.

“Se, para assegurar o êxito da operação, for necessário enviar primeiro à terra alguns garimpeiros, recomendará a estes guardar silêncio o mais absoluto sobre a presença da gendarmaria a bordo.

“Terminada a missão trará a Caiena os piratas prisioneiros e os entregará à Justiça Civil.

“Se lhe for impossível prender um ou muitos dos piratas citados, ao chegar o aviso Bengali, ele se colocará à disposição do Comandante desse navio que poderá em caso de necessidade, requisitar seu destacamento.”

No dia 10 à tarde, 6 gendarmes escolhidos e um brigadeiro embarcavam no vapor Lifjeld e seguiam viagem para Calçoene.

Seguiam-se as ordens para os militares.

De outra parte, o Comandante das Tropas fazia divulgar a ordem geral seguinte nº 24:

ORDEM GERAL INSTRUINDO O DESTACAMENTO DE INFANTARIA DA MARINHA

De acordo com as ordens do Governador, um destacamento comandado pelo capitão Lunier, do batalhão de infantaria da marinha, composto, organizado, armado e equipado como segue, embarcará amanhã dia 10 do corrente, a bordo do aviso Bengali, às 5 horas da tarde, com a data administrativa de 11, para ser empregado em uma missão especial.

O capitão Lunier é colocado sob as ordens do capitão tenente naval Audibert, comandante do Bengali, chefe da missão. O comandante do destacamento de infantaria naval receberá deste oficial todas as ordens relativas ao serviço a bordo do destacamento de infantaria naval e todas as demais relativas ao cumprimento da missão especial de que está encarregado o comandante Audibert.

Quando o capitão Lunier receber a ordem para descer a terra com seu destacamento operará de acordo com as instruções escritas que lhe foram dadas pelo comandante do Bengali e para atingir o fim proposto; mas ficará completamente independente do comandante Audibert quanto à execução das medidas próprias a assegurar o êxito da operação.

As operações de embarque e desembarque são ordenadas e reguladas em seus detalhes pelas providências e determinações de bordo, o detalhamento das operações de terra é da competência exclusiva do comandante do destacamento de infantaria naval.

O destacamento de infantaria naval é formado da maneira seguinte:

1ª Seção: capitão tenente Destoup, com 30 homens: 1 sargento, um cabo furriel, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, 22

soldados; 2ª Seção: ajudante Saffroy, com 30 homens: 1 sargento, 3 cabos, um corneteiro, um sapador, um ajudante de sapador, um ..., 21 soldados.

O médico de 2ª classe Condéfará parte do destacamento, ele será abastecido, por conta do hospital, do material necessário.

Os oficiais e homens da tropa estarão com equipamento de campanha, os homens de posse de 120 cartuchos; 80 cartuchos por homem serão colocados nas caixas de cobre em postos em reserva a bordo do Bengali.

Os colchões e mantas dos homens da tropa serão levados a bordo às duas horas e lhes servirão de leito.

As seis esquadras serão munidas de utensílios de acampamento, de maneira a poder estabelecer bivaque e fazer o serviço de cozinha.

Os sapadores e ajudantes serão munidos de machados.

Quando o destacamento for chamado a operar em terra os homens só levarão a mochila, os demais sacos ficarão a bordo sob a guarda de um ou dois homens.

O capitão Lunier se entenderá com o comandante do Bengali para que a instalação necessária à conservação das armas e munições durante a permanência a bordo, seja assegurada.

Caiena, 9 de maio de 1895.

O Comandante do batalhão e comandante das tropas

Cmte. PEROZ

Aprovado: O Governador CHARVEIN ²⁷⁵

Tratava-se portanto de uma operação militar e não de polícia. De homens treinados, bem ou mal, para uma missão de guerra e não para uma ação policial.

INSTRUÇÕES VERBAIS DO COMANDANTE DAS TROPAS AO CAPITÃO LUNIER

No dia 10, às 5 horas da tarde, o destacamento do capitão Lunier embarcava no Bengali. Os quadros e soldados que o compunham eram escolhidos entre os melhores do batalhão de infantaria naval.

O capitão Lunier, oficial de um sangue-frio notável e de um grande valor, havia recebido do Comandante das Tropas as instruções verbais seguintes:

“Não empregar as forças senão em caso de estrita obrigação; não penetrar na vila a não ser com plena consciência, depois de, preliminarmente, fazer-lhe o cerco. Não avançar com a sua pessoa sem estar acompanhado de uma sólida escolta

de maneira a afastar dos homens de Cabral a idéia de um ataque, mas não pô-la em ação a não ser sob ameaça de um ataque ou diante de uma resistência armada.

*“Não o fazer aparecer a infantaria naval, colocada nos arredores da vila, se não houver resistência armada; mas combinar com ela com um sinal de forma a que ela possa socorrer se for necessário. Executar fielmente as ordens do capitão-tenente naval Audibert, chefe da missão em tudo o que diz respeito à execução da própria missão especial de que é encarregado”.*²⁷⁶

Peroz conta a seguir a chegada das tropas, dos policiais e dos voluntários ao Cunani:

OPERAÇÕES DA MISSÃO. PARTIDA DO AVISO BENGALI

O destacamento de infantaria naval embarcou no dia 10, às 5 horas da tarde; o Bengali deixava Caiena no dia 11, às seis horas da manhã, levando uma canoa, cujo patrão devia ter por missão ir a Cunani saber das novidades e se assegurar da exatidão do aprisionamento de nosso representante pelos bandidos de Cabral.

O Bengali pára durante o dia 12 diante da embocadura do rio Calçene, na qual ele não pode entrar; lança um tiro de canhão de pólvora para avisar o Lifjeld de sua chegada. Depois de uma espera bastante longa, ninguém lhe dando resposta, nem vindo ao seu encontro, ele se transfere para o rio Cunani e ancora após ter enviado a sua canoa a fim de obter informações. A noite se passa e o patrão da canoa não dá sinal de vida; mas, à noite, o sr. Bisson, associado da casa Coudreau, estabelecido em Cunani, passa perto da embarcação; ele foi chamado e convidado a subir a bordo para fornecer ao comandante as informações que fossem de seu conhecimento. Ele confirma a prisão de Trajano.²⁷⁷

Começam agora uma série de *flash-backs*, de recuos no tempo, como no cinema, para explicar os antecedentes. Vamos continuar acompanhando Peroz:

Dou, desde logo, para não ter de voltar ao assunto, os detalhes desse aprisionamento:

RAPTO DO CAPITÃO TRAJANO PELO BANDO DE CABRAL

Um grupo de vinte bandidos, mais ou menos, comandados pelo de nome Luís Bentes, que se dizia oficial brasileiro e que nossos registros dão

como sendo, na verdade, alferes do exército brasileiro, chegam a Cunani na noite do dia 27, viajando em canoa; estão armados de fuzis Winchester; parecem disciplinados; estão vestidos como as demais pessoas do país. O alferes veste uma roupa burguesa. Todos pertencem ao bando de Cabral; um homem de uma certa idade, convenientemente vestido, os acompanha.

Vão primeiro bater à porta de Mme Coudreau, que os envia ao sr. Bisson, seu associado; eles querem conservas e líquidos e o alferes diz que está encarregado de levantar a carta do rio. Bisson lhes bate a porta na cara, não sabendo bem qual a questão

No outro dia pela manhã às seis horas, o mesmo Bisson, saindo de sua casa, vê estrangeiros montando guarda, fuzil ao ombro, todos em torno da casa de José Dalous [da Luz]. Bisson parlamenta com os sentinelas, deixam que entre. Vê Trajano sentado sobre um banco, a cabeça nas mãos; atrás dele, sobre uma mesa, duas bandeiras francesas, uma enrolada e a outra dobrada. Trajano muito emocionado por esse aprisionamento não pode lhe responder; os guardas que o cercam fazem sair Bisson.

Uma certa efervescência reina do lado de fora; alguns habitantes de Cunani, partidários da França, falam em arrebatá-lo das mãos dos bandidos brasileiros.

O homem idoso citado mais acima avança então e adverte a população que ele fala e age em nome da lei brasileira, e se alguém reagir será aprisionado, conduzido ao Pará e julgado.

Pela manhã Trajano é levado ao Amapá e colocado a ferros. Sua família o seguiu.²⁷⁸

Era difícil que os homens do novo governo do Cunani se apresentassem como militares brasileiros usando simultaneamente os títulos da autoridade que tentavam impor, em cujo nome agiam. Fora este detalhe, os fatos devem ter se passado assim mesmo.

CAUSAS DA PRISÃO DE TRAJANO

É necessário procurar a causa desse rapto? Todas as respostas a esse respeito que me foram dadas por cidadãos brasileiros, são acordes perfeitamente: questão de nacionalidade.

Cabral afirmava bem alto representar o governo da Província do Pará pretendia ter competência para administrar a região do Amapá, Cunani e Calçene.

Seu primeiro ato de autoridade sobre Cunani é de afastar dessa vila o representante da França.

O pretexto? Há cinco anos, Trajano que, antigamente, arvorava em sua casa às vezes as duas bandeiras francesa e brasileira, cessara de hastear esta última.²⁷⁹

Ainda uma vez, seria incoerente que Cabral, a um só tempo, se apresentasse como representante do Pará e como chefe de um governo. Mas Peroz tem razão: Trajano fora preso por uma questão de nacionalidade — pretendia ostentar o poder da França diante de um governo que se pretendia livre de qualquer vínculo com ela.

Este governo era a contrapartida do que até então, por oito anos, tentara se implantar no Cunani e ser reconhecido internacionalmente, buscando e reivindicando o apoio da França. Dele era o *pavilhão autônomo* baixado do mastro da Prefeitura:

RESULTADO DESSA PRISÃO EM CUNANI. O PAVILHÃO BRASILEIRO É DEFINITIVAMENTE IÇADO

Além da viva emoção que esse golpe de força inqualificável produziu no Contestado teve por resultado imediato que, em consequência das ordens deixadas por Luís Bentes, o oficial segundo de Cabral, no domingo dia 12 de maio o pavilhão brasileiro foi içado sobre a casa que servia de Prefeitura em Cunani, em lugar do pavilhão autônomo que flutuara até então

À tarde desse mesmo dia, em uma reunião de uma parcela da população de Cunani, foi decidido que, sem permitir no futuro a Cabral executar golpes de força, se terá em conta, no entanto, na medida do possível, a sua autoridade e se deixará içar a bandeira brasileira sobre a casa comum.²⁸⁰

Mesmo na versão do oficial francês, portanto, a população acolhia a autoridade de Cabral. A outra parcela da população, a que não se reuniu, não era decerto pró-francesa — o menor sentimento neste sentido seria destacado e proclamado neste relatório.

Inicia-se então a operação de guerra:

CHEGADA DO BENGALI AO ANCORADOURO DO A MAPÁ

O Comandante do Bengali, estando convicto de que Trajano fora aprisionado e devia achar-se no Amapá encaminha-se para essa vila. Ele ancora na baía de Maracá no porto habitual.

Ficara combinado entre este oficial e o capitão Lunier que a operação de contornar a vila do Amapá se faria pela manhã cedo, de maneira que o bando de Cabral, surpreendido, não o pudesse se reunir, obtendo-se dessa forma facilmente e sem efusão de sangue possível, o resultado almejado.

Mas o Amapá é construído sobre um canal, a 13 milhas do ancoradouro, são necessárias duas horas para ir de um ponto ao outro, e somente à maré montante, quando a água já está alta. Ora, era muito tarde para aproveitar a enchente; era preciso pois adiar a operação para uma outra maré²⁸¹

Eram, como se pode ver, militares incompetentes, não haviam programado a hora de chegada. Não seria o erro mais grave, no entanto.

Eis aqui as ordens dadas a esse respeito pelo chefe da missão e pelo capitão, comandante do destacamento de desembarque.

ORDENS DADAS PELO COMANDANTE DO BENGALI E PELO CAPITÃO LUNIER PARA O DESEMBARQUE E A OPERAÇÃO

A missão que vos incumbe é a seguinte:

“Atingir a vila do Amapá para arrebatrar o capitão Trajano que se acha prisioneiro, e também o de nome Cabral, seu raptor, e no caso em que nem Cabral, nem Trajano se encontrem na vila, tomar o número de reféns que julgardes necessário.

“Vosso destacamento e a companhia de desembarque do Bengali operarão em conjunto sob vosso comando; as embarcações regressarão, sob o comando do 2º tenente naval d’Escricenne, até o ponto que escolherdes para o desembarque. O sr. 2º tenente naval Boulain terá a guarda das embarcações.

“As eventualidades da maré e a necessidade de agir rapidamente obrigam a emprender essa operação de noite e podereis regressar o mais cedo possível no dia 15.

“As ordens precisas do Governador são no sentido de que vamos fazer em Amapá um ato de reparação e de justiça. O fim será atingido da maneira mais satisfatória se não houverdes dado um só tiro de fuzil. O uso das vossas armas só deve ser feito em caso de legítima defesa.

“ É vossa atribuição tomar todas as medidas que julgardes próprias ao êxito da operação

*“ O capitão tenente naval, comandante do Bengali AUDIBERT ”.*²⁸²

Não só era uma missão militar, como havia a programação de seqüestro e tomada de reféns, ações que contrariavam os acordos internacionais e a ética dos Estados mas que eram ainda comuns nos atos de imperialismo das grandes potências.

De acordo com as instruções do capitão tenente naval, chefe da missão o capitão encarregado de dirigir a operação do Amapá ordena:

“Preparativos - Os homens estarão uniformizados, sem mochilas, o bernal contendo alimento frio e 3 pacotes de cartuchos, 2 outros pacotes de cartuchos desmanchados em cada cartucheira. O vinho e o café distribuídos serão colocados nos pequenos cantis aos cuidados dos chefes de esquadra. Os sapadores e os homens munidos de sabres de abate, levarão seus utensílios.

“ Os cabos trarão cobertores à razão de 1 por 3 homens; esses cobertores deverão ser deixados a bordo no momento do desembarque; um homem por seção fica a bordo do Bengali para a guarda dos equipamentos.

“ Ordem de marcha - O comboio é formado da vanguarda à retaguarda sucessivamente pela vedeta, a baleeira, a canoa nº 2, a canoa nº 1.

“A 1ª Seção do destacamento de infantaria da marinha é colocado na lancha nº 1 com o capitão tenente Destoup; a 2ª Seção na lancha nº 2 com o ajudante Saffroy, os fuzileiros na baleeira com o 2º tenente da marinha d'Escricenne; o capitão o 2º tenente Boulain, o médico de 2ª classe Condée seu enfermeiro, e guia são transportados na vedeta.

“ Os chefes de embarcações cuidam com cuidado extremo a que essa viagem, o desembarque e a operação se façam no maior silêncio

“Desembarque - A Seção Destoup desembarca à altura do cemitério; esse oficial intercepta rapidamente a vila desde o rio até o caminho que sai na igreja.

“A Seção Saffroy desembarca por sua vez à altura da mesma vila de maneira a contatar com a outra Seção em direção da igreja. Essas duas seções devem formar um semicírculo contínuo partindo do rio abaixo para sair acima da vila. Essa cintura é formada de grupos da força de uma escolta que se colocam nas saídas; cada seção designa uma esquadra que, ao sinal convenionado, penetrará na vila sob o comando do capitão-tenente Destoup para a 1ª seção, do sargento Perrin para a 2ª e expulsará todos os homens válidos para a casa do merceiro que se acha abaixo do povoado, à margem do rio. Durante esse tempo, os fuzileiros desembarcam de maneira a penetrar diretamente na localidade.

“Ataque de surpresa - Quando as duas seções fizerem a sua junção, o capitão-tenente Destoup faz tocar EM GUARDA por um corneteiro. A esse sinal as duas esquadras designadas e os fuzileiros navais, menos os homens encarregados da vigilância das embarcações, revistam todas as casas, fazem sair todos os homens capazes de resistência e os conduzem à casa acima indicada, onde duas sentinelas serão previamente colocadas.

“É proibido expressamente atirar sem ordem dos oficiais; a baioneta empregada como ameaça, em caso de resistência, deve ser suficiente para levar a bom fim a empreitada. Os homens e os graduados não se esquecerão de que se trata não de uma operação de guerra, mas de uma simples missão de polícia que se deve fazer sem efusão de sangue, a menos que haja complicações pouco prováveis das quais os oficiais serão juizes únicos, e o toque de corneta marcando o fim do golpe de mão, os dois destacamentos se reunirão à proximidade da casa à margem do rio.

“O Capitão LUNIER”.²⁸³

Incompetente, o capitão esquecera de combinar com os adversários que não haveria resistência. Ele ressaltava: não se trata de uma operação de guerra a menos que haja complicações. Ora, a resistência era a mais previsível e natural das complicações possíveis. Tratava-se de uma operação de guerra. Uma operação mal planejada.

DESEMBARQUE NO AMAPÁ

Às oito horas, o embarque está terminado; a vedeta reboca as embarcações nas quais se acham 58 soldados de infantaria naval comandados pelo

capitão-tenente Destoup e 36 marinheiros comandados pelo 2º tenente naval d'Escrienne. O capitão Lunier, comandante da expedição, o 2º tenente naval Boulain, chefe da flotilha, o doutor Condé médico das tropas da Guiana, o piloto Evaristo, guia e intérprete, vão à frente, a bordo da vedeta.

*Em viagem, o comboio encontra muitas pirogas que fogem na direção da vila.*²⁸⁴

Qualquer veleidade de surpresa, portanto, já estava ultrapassada.

Às dez horas e quinze, chega-se à altura do cemitério do Amapá. Os barcos da companhia de infantaria da marinha são desligados e vêm de encontro à lama. Alguns minutos depois, a vedeta e os fuzileiros navais estavam diante da praia lamacenta que serve de desembarcadouro para a vila.

O relatório do capitão-tenente Destoup explica de maneira muito precisa como, a partir desse momento, os acontecimentos se desenrolaram, a emboscada da qual foi vítima o capitão Lunier, seu corneteiro e quatro fuzileiros navais e o combate que se seguiu. Esse documento tem um valor irrefutável: além de ter como garantia a retidão e lealdade do capitão-tenente Destoup, ele é apoiado pelo testemunho de todo o pessoal militar ou naval presente nas diversas fases desse triste episódio, de todos os cidadãos brasileiros presos no Amapá como participantes do combate e daqueles que pediram proteção às nossas tropas. Controlei cada fato com a mais completa minúcia e nenhum dentre eles é controvertido.

Eis aqui narrações que se relacionam com os acontecimentos sobrevindos depois do desembarque até o abandono do Amapá por nossas tropas.

É oportuno observar que o capitão-tenente Destoup relata primeiro os fatos que ele assistiu ou que decorrem de seu comando para somente apresentar a seguir deles e da emboscada e a primeira parte da ação da qual ele restabeleceu os detalhes através de uma sindicância imediata no próprio local, enquanto o interrogatório do corneteiro Pinson, morto em consequência dos seus ferimentos, do furriel Schirtzinger, do piloto Evaristo, todos três acompanhantes do capitão Lunier, dos tenentes navais d'Escrienne e Boulain, do médico de 2ª classe Condé compõem o fundo.²⁸⁵

Passa então Peroz a palavra a um dos oficiais que participou da ação, e que tem ainda maiores razões para uma atitude defensiva.

EMBOSCADA E COMBATE DO AMAPÁ. RELATÓRIO DO CAPITÃO-TENENTE DESTOUP

Tenho a honra de vos relatar que, sendo chamado pelas circunstâncias a substituir na direção do combate do Amapá o capitão Lunier, ferido mortalmente, venho expor os fatos da forma como os vi se desenrolarem, e aqueles de que tive conhecimento posterior através de informações e investigação

RELATÓRIO SOBRE O COMBATE DO AMAPÁ

OPERAÇÕES COMANDADAS PELO TENENTE DESTOUP

Segundo as ordens dadas pelo capitão Lunier, comandante do destacamento expedicionário, ordens que se seguiram à nota do lugar-tenente da marinha Audibert, chefe da missão, as três seções (duas de infantaria da marinha e uma de marinheiros, mais os marinheiros armados, agregados especialmente a cada embarcação, foram colocadas em marcha na embocadura do rio do Amapá, quarta-feira 15, pelas oito horas da manhã na ordem seguinte: vedeta, duas pequenas canoas com os marinheiros sob as ordens do tenente da marinha d'Escrienne, duas grandes embarcações contendo as duas seções de infantaria da marinha (tenente Destoup).

O conjunto das embarcações estava sob a direção do tenente da marinha Boulain que, com o capitão Lunier, o doutor Condée Evaristo (piloto) encabeçava a vedeta.

A viagem do aviso Bengali, do ancoradouro ao Amapá durou cerca de duas horas.

Chegados a cerca de 150 metros da vila do Amapá à altura do cemitério (a) [o relatório era acompanhado de um mapa, a que se referem as letras entre parênteses], as duas últimas canoas trazendo a infantaria da marinha, foram largadas e lançadas com toda a velocidade para a margem direita a fim de proceder-se ao desembarque. A missão dessas duas seções era a de seguir uma vereda, do cemitério até o Amapá através da floresta e formar em torno da vila, rio acima, um semicírculo que seria fechado se assim fosse necessário.

Enquanto essas duas seções operavam seu movimento, a vedeta e as duas outras embarcações chegavam à altura do Amapá a cerca de 40 metros das primeiras casas.

Segundo a ordem do capitão Lunier, a chegada diante do Amapá devia fazer-se de noite, mas em consequência da responsabilidade negada por dois pilotos, da impossibilidade reconhecida de fazer a viagem às 9 horas da noite (hora da maré), a partida foi adiada para a manhã do dia seguinte, às 8 horas.

Modificações verbais resultaram dessa mudança de horas, isto é que a 2ª seção da infantaria da marinha desembarcaria no cemitério com a 1ª seção, em lugar de desembarcar na vila, e que esta seção deveria ocupar o setor afeto primitivamente à 1ª seção

O desembarque da companhia de infantaria da marinha dura alguns minutos; é efetuado em plena vazante e termina às 10 horas e 15.

As duas seções de infantaria da marinha, em fila indiana, marchando em passo cadenciado sobre a vila, chegam ao ponto (b) quando uma salva de tiros se faz ouvir. O tenente Destoup faz soar o clarim de Ditley com a ordem: “Começai o fogo”, sinal convencionado em caso de resistência ou ataque e ocupa as posições seguintes (ver o plano anexo):

1ª Seção, na frente sobre a estrada (a), uma esquadra da 2ª seção (sargento L. Oustau) controlando a encruzilhada (b) e as duas outras esquadras (ajudante Saffroy) barando o caminho (c) devendo seguir em flanco por trás da vila.²⁸⁶

Enquanto isto Lunier já entrara na cidade, como será narrado mais adiante.

Tiros estouram de todos os lados; o tenente Destoup enxerga então uma fração do bando de Cabral (cerca de quarenta homens) concentrada no ângulo das duas ruas (d) dirigindo seus tiros sobre os marinheiros e as embarcações. Ordena três salvas de tiros e carrega à baioneta sobre esse bando que foge precipitadamente em direção da igreja, deixando em terra muitos mortos.

De todas as casas parte uma fuzilaria muito forte sobre a 1ª Seção de infantaria da marinha, enquanto o bando principal de Cabral, apoiado pelas casas da praça (c), continua a atirar sobre ela. Nesse momento, o chefe da 1ª Seção recebe em seus próprios braços o capitão Lunier, ferido mortalmente; coloca-o

rapidamente ao abrigo e assume o comando; depois, a fim de evitar ser fuzilado pelo flanco e de frente, ordena o cerco sucessivo de todas as casas.

A esquadra do sargento Loustau não abandona mais a rua (a), segundo as ordens recebidas; ela controla a encruzilhada (b) e domina a vila pelo lado sul.

A 2^a Seção, do ajudante Saffroy, recebe ordem do comandante do destacamento de fortalecer com uma esquadra a 1^a Seção. Essa esquadra executa o movimento cortando pela direita através do terreno que se estende entre o ponto (e) e o ponto (d).

Nesse momento, o capitão do Cunani, chamado Trajano, que pôde escapar das mãos do bando de Cabral, vem correndo e se coloca sob a proteção da Seção Saffroy.

A marcha torna-se difícil em direção do ponto (c); as portas e janelas estão solidamente embarricadas e apoiadas por trancas, a fuzilaria é de parte a parte de grande intensidade. A última fração Saffroy recebe ordem de reforçar novamente. As duas Seções de infantaria da marinha, menos a esquadra do sargento Loustau executam um combate de ruas, conquistam o resto da vila que durante a ação e sucessivamente, à medida que avança o ataque, é entregue às chamas.

Trajano, apavorado com a fuzilaria, se refugia na mata.

Os homens do bando de Cabral que puderam escapar ao nosso tiroteio desapareceram na direção (f), terreno arborizado, pantanoso, quase impenetrável, à margem do qual muitos deles foram mortos.

Depois da tomada total da vila, cessados os tiros (uma hora da tarde, mais ou menos), um pouco de ordem foi restabelecida em todas as frações, instalando-se um serviço de segurança.

Os feridos e os mortos foram recolhidos e transportados para as embarcações onde o 2^o tenente da marinha Boulain os recebia e os colocava sobre uma canoa, que o doutor Condé havia escolhido antecipadamente, nela instalando uma ambulância.

As buscas no sentido de encontrar Trajano foram infrutíferas.²⁸⁷

O objetivo nominal da expedição, o resgate de Trajano, ficara inteiramente frustrado. A ordem, neste caso, era de levar reféns.

O tenente Destoup, comandante do destacamento, se apresenta então diante do desembarcadouro, ponto (d), para saber do 2º tenente da marinha Boulain se a maré permite ficar ainda algumas horas em terra. O 2º tenente da marinha Boulain lhe explica que é urgente a necessidade de embarcar sem perda de tempo, pois é de recear que a demora de alguns instantes não o permita que as embarcações alcancem o Bengali. Segundo as instruções escritas ou verbais de que tinha conhecimento ou que havia recebido o comandante do destacamento no momento em que, o capitão Lunier e o 2º tenente da marinha d'Escrienne estando feridos, assumia o comando, a missão do destacamento expedicionário estava cumprida; não o restava senão ocupar-se dos feridos e transportá-los o mais depressa possível para bordo, onde a assistência de que necessitavam lhes podia ser prestada.

É dada ordem de embarque a todas as frações que se retiram por escadas, de forma a prevenir uma volta ofensiva ou uma surpresa, muito pouco prováveis diante das perdas consideráveis que o bando de Cabral acaba de sofrer.

Como abaixo do Amapá na margem direita, uma emboscada poderia ser preparada, na passagem, o sargento Loustau recebe ordem de seguir com sua esquadra (12 homens) pelo caminho que conduz ao cemitério, do ponto (b) ao ponto (a); essa fração tem por missão proteger a passagem das embarcações diante do cemitério; em seguida faz-se o embarque sem incidentes.

O Amapá foi evacuado e nenhum tiro perturbou a partida.²⁸⁸

Passa então Destoup à sua versão do que aconteceu com Lunier e Cabral:

OPERAÇÕES E FATOS QUE PROVOCARAM O COMBATE

No correr deste relatório foi dito que enquanto a infantaria da marinha realizava o desembarque, a vedeta e as duas outras canoas chegavam diante do Amapá a 40 metros mais ou menos das primeiras casas. Neste último ponto o desembarque se operou sobre uma margem difícil, lamacenta e nãoabordable.

O capitão Lunier avança em direção do ponto (d), acompanhado de seu cabo furriel, de um corneteiro e do piloto-intérprete Evaristo; percebe neste ponto (d) um indivíduo que agita duas bandeiras, uma de quarentena, a outra de cores brasileiras e que o adverte para não avançar.

O capitão Lunier aproxima-se desse homem e pede-lhe que o conduza à casa de Cabral para parlamentar. O pequeno grupo assim formado avança pela rua (b) até a casa de Cabral, onde aquele aparece. O capitão lhe pergunta: “Sois Cabral?” “Perfeitamente”, responde aquele. “Então acrescenta o capitão meu amigo, é possível me entregar Trajano?” Cabral lhe responde, mostrando com gesto ameaçador uns quarenta homens que vinham se enfileirar atrás dele, com fuzil na mão “Trajano, se o quiser vá buscá-lo!” “Então o sr. me obriga a arrancá-lo à força”, termina o capitão puxando seu revólver, e intima Cabral a segui-lo em direção às embarcações. Nesse momento, Cabral aproveita quando o oficial vira a cabeça para ver onde estão os seus homens, lança-se sobre seu braço, arranca-lhe o revólver, se abaixa e faz fogo sobre ele à queima-roupa com a mesma arma, ordenando a seus homens: “Fogd!”²⁸⁹

Fiquemos com a narrativa do inimigo de Cabral: diante de um revólver, diante de tropas francesas, o chefe de governo do Cunani não se amedronta, resiste à prisão, toma a arma que ameaça sua vida, dispara em legítima defesa. Não importa se o diálogo não foi exatamente este, se a ameaça falada foi mais ou menos explícita: Cabral tinha outra saída, a da covardia, da destruição do movimento que representava — mas a sua opção foi defendê-lo com risco da própria vida.

Instantaneamente explode uma salva de tiros que derruba o capitão Lunier ferido por quatro novas balas, e dizima os marinheiros que, sob as ordens do 2º tenente naval d’Escricenne, estavam colocados armados em duas frações, um pouco antes do ponto (d), sobre a estrada (b), seja a cerca de 150 metros atrás.

Todas as casas vizinhas estavam hermeticamente fechadas à chegada do capitão Lunier. Um fogo violento parte de todas as aberturas dessas casas. O corneteiro Pinson, da infantaria da marinha, que se achava ao lado do capitão, cai mortalmente ferido, muitos outros marinheiros são mortos ou feridos; o 2º tenente naval d’Escricenne tem o maxilar estourado tentando reunir os seus marinheiros inteiramente deslocados por essas descargas que surgiam de todas as direções.

As casas que haviam sido vistas fechadas nada mais eram do que o disfarce de uma emboscada; um grande número de homens armados estavam emboscados por trás das janelas e portas, esperando o sinal.

Cabral fortalecido por este primeiro sucesso se coloca com o grosso de seu bando na encruzilhada (d), esperando dessa forma destruir os marinheiros que se achavam nas embarcações ou que as procuravam e aqueles que tentavam juntar-se ao 2º tenente naval d'Escrienne. É obrigado imediatamente a bater-se em retirada completamente descoraçado pelo fogo e pela carga de baioneta da 1ª seção de infantaria da marinha que surge à frente em sua direção (d).



A cidade e o rio Amapá, onde ocorreu o combate entre os franceses e Veiga Cabral

O prosseguimento das operações já foi narrado na primeira parte deste relatório.

O combate do Amapá durou das 10 horas e 30 minutos da manhã a 1 hora da tarde.

Tivemos do nosso lado seis mortos, entre os quais figura o capitão Lunier, vinte feridos entre os quais o 2º tenente naval d'Escrienne.

A lista geral dos mortos e feridos vai anexa a este relatório.

*Podese estimar a perda sofrida pelo inimigo em cerca de sessenta homens mortos.*²⁹⁰

Os franceses sobrestimavam neste primeiro momento o tamanho de seu ato de guerra. Mais tarde reduziriam sensivelmente o número de vítimas declaradas; tudo indica que foram 38: Joaquim Pracuba, de 10 anos, queimado vivo em sua própria casa — semiparalítico, não tivera tempo de fugir às chamas; Margarida de Freitas, de 32 anos, massacrada com o filho do colo; Clemente Freitas, de 80 anos, morto com tiro de fuzil quando se encontrava deitado em uma rede, no interior de sua residência; José Rodrigues Rosas, de 30 anos, morto a tiros; Joaquim Rodrigues, de 37 anos, morto a tiros; Manuel Joaquim Ferreira, de 35 anos, morto a tiros; Gertrudes de Macedo, de 30 anos, casada, massacrada; Ana, mulher de Emídio, massacrada; Sebastiana, filha de Emídio, massacrada; Ana Vieira Branco, de 37 anos, casada com Manuel Gomes Branco, morta juntamente com seus quatro filhos menores, o último com quatro meses de idade; Solindo, filho de Emídio, massacrado; Joaquim, músico, de 17 anos, empregado de Emídio; Raimundo Marcelino de Siqueira, de 57 anos, massacrado; Maria Floripes do Amaral, de 45 anos, casada, massacrada em sua casa; Domingos Favacho, de 37 anos, solteiro, morto a tiros; Francisca Favacho, de 44 anos, casada, massacrada; Caetano Favacho, 37 anos, solteiro, morto a tiros; Carolina, de 37 anos, solteira, morta a tiros; Gemino de Moraes, de 21 anos, morto a tiros; José de Moraes, 15 anos, viúvo, massacrado; Maria Cooly, de 24 anos, massacrada; Fabrício, de 18 meses, filho de Maria Cooly, morto com a mãe; Leocádia Tambor, de 48 anos, casada, massacrada em sua casa; Manuel, de 7 anos, massacrado juntamente com a mãe; Alfrida Batista da Silva, de 13 anos de idade, morta com a mãe; Feliciano Ramos, de 65 anos, casado, morto a tiros; Pedro Chaves dos Santos, de 26 anos, casado, morto a tiros; Francisco Manuel Rodrigues, português, com 44 anos, massacrado; Rosa Xavier, de 16 anos, casada, massacrada; Antônio Bonifácio Belmiro, de 19 anos — serviu de guia aos franceses, sob prisão e logo a seguir foi colocado à

frente dos combatentes, servindo de barricada; Cipriano, menor, filho de Manuel Domingos, massacrado; Mateus Leite, de 30 anos — não foi encontrado o seu cadáver; Manuel dos Santos, de 49 anos, morto em fuga; Raimundo Brasil, de 9 anos, filho de Francelino de Freitas, massacrado; João de Deus, de 42 anos, morto em casa de Bernardo Batista da Silva.²⁹¹ Esta a relação macabra em que se misturam mulheres, velhos e crianças. Mas não é a quantidade que assinala o crime: é sua natureza.

Esta relação publicada pelo *Diário de Notícias* de 11 de junho de 1895, deve lhes ter sido transmitida por fontes do Amapá. No dia 1º de junho estivera na redação do jornal um enviado de Cabral, Maximiano José do Nascimento, portador, com Francisco do Couto, de correspondência do presidente do Triunvirato para o governador Lauro Sodré.²⁹²

Eu não saberia encerrar este relatório sem explicar que estive no Amapá à frente de soldados de elite, cuja bravura e abnegação completa foi a característica durante duas horas e trinta minutos de combate encarniçado contra bandidos decididos a tudo, muito bem armados de fuzis de repetição

*O tenente, Destoup.*²⁹³

Retoma a palavra o comandante Peroz, tentando transformar algoz em vítima:

O EPISÓDIO DO AMAPÁ COMEÇOU POR UM COVARDE ASSASSÍNIO COM PREMEDITAÇÃO E EMBOSCADA

Primeiramente, é da maior importância registrar com que metuculoso cuidado o capitão Lunier toma todas as precauções para não alarmar a população do Amapá. Esse cuidado ressalta já superabundantemente de sua ordem escrita e daquela do comandante do Bengali, precedentemente citados.

Ele deixa a 200 metros atrás de si uma escolta e avança à procura de Cabral, acompanhado somente de seu corneteiro, de seu furriel e do intérprete Evaristo.

Parece-me difícil tanto quanto possível, para evitar todo conflito, de dar um igual exemplo de abnegação, pois o capitão Lunier sabia que Cabral era um aventureiro tão perigoso que julgava ter atrás de si todo o Brasil.

A conversação mesma que ele mantém com esse bandido denota seu cuidado de não o contemporizar. Poderia ter-se retirado, fazendo marchar sua escolta, dando à infantaria naval que cercava a vila o sinal de avançar para o centro. Não fez nada disso, pois via na atitude dos homens de Cabral que uma ordem dessa natureza, um sinal desses levaria à fuzilaria. Espera que Cabral o siga e, estando um tanto afastado dos seus, esse aventureiro não se julgasse no direito de blasonar de tão alto e de ameaçar e assim achariam um meio de entendimento.²⁹⁴

Era o mesmo e repetido erro primário de julgamento, o de presumir que o adversário farão que lhe ordenam, por mais absurdo que seja. É o velho argumento de quem consumou o latrocínio, de que o culpado foi o morto, que reagiu.

Podese julgar que esse era o sentimento que o guiou, tendo em vista a sua ordem, as suas recomendações verbais anteriores sobre os planos que ele tinha em mente nas diversas hipóteses que pudessem se apresentar.

Como quer que seja, ele é vítima, com o corneteiro Pinson e uma parte de sua escolta, de um covarde assassinato.²⁹⁵

Uma operação de guerra, os assaltantes têm perdas, e foi um covarde assassinato?

A repressão o ia ser sangrenta, pois a primeira coisa que viram os soldados de infantaria da marinha, desembocando pela rua do sul, foi o seu capitão o ventre aberto, o peito baleado, tendo suas entranhas em uma das mãos, com a outra se apoiando nas paredes e caminhando em direção do capitão tenente Destoup para lhe passar o comando.

De resto, o combate iniciado por um assassinio termina por um ato de banditismo: nenhuma detonação se fazia mais ouvir; os homens se reuniam, quando partem de uma casa dois tiros isolados que ferem gravemente dois soldados, sendo que um, o soldado Santaigne, acaba de morrer no hospital de Caiena. Era o funcionário brasileiro Pereira, a soldo da intendência de Macapá, poupado pelos nossos a quando da visita de sua casa, que lhe agradecia de tal maneira, assim como um aventureiro meio-inglês, meio-brasileiro integrante do bando de Cabral.

Esses dois homens estão atualmente em Caiena nas mãos da Justiça.²⁹⁶

Eram prisioneiros de guerra. Foram presos Manuel Gomes Branco, João Lopes Pereira, Marcílio Beviláqua e João da Cruz. Manuel

Gomes Branco tivera a família destroçada: em Amapá tinham ficado os cadáveres da mulher e dos quatro filhos. Uma das mãos, ferida, começava a gangrenar, é feita sua amputação. O tratamento que receberam foi digno dos administradores da ilha do Diabo, um dos mais tristemente notórios presídios do mundo, ameaça aterrorizante para os condenados franceses — e que nesse dia tinha entre seus prisioneiros a maior vítima de injustiça que jamais houve no exército francês, Dreyfus. Inocente condenado pela discriminação e pelo preconceito, sua história, narrada no *J'accuse*, de Zola, é um libelo perene contra o tipo de homens com que Cabral e os prisioneiros estavam lidando.

MOTIVOS POR QUE O DESTACAMENTO NÃO PERMANECEU NO AMAPÁ

A ação da missão armada enviada ao Amapá era uma missão de polícia; também a eventualidade de permanecer, a não ser durante 24 horas, foi afastada pelo chefe de missão assim como pelo capitão Lunier. Nem um nem outro havia admitido que sua tropa pudesse ocupar temporariamente o Amapá para que não fosse possível argüir haver uma ocupação, por mais curta que fosse, de um ponto qualquer do território contestado, pela tropa francesa. Também qualquer ordem de permanência fora dada. Trajano liberto, os culpados ou alguns dentre eles presos, deveria o destacamento regressar para bordo.

LIBERTAÇÃO DO CAPITÃO TRAJANO

Nossa chegada libertou Trajano. Mantido em ferros até 14 de maio, véspera de nossa chegada, durante 17 horas, ele vinha de ser libertado durante uma ausência de Cabral, sob condição formal de não tentar evadir-se da casa que lhe servia de prisão de resto, um serviço de guarda armada fora instalado em todas as saídas.²⁹⁷

Há aqui contradições na narrativa cuidadosamente organizada de Peroz: se Cabral estava na cidade para resistir a Lunier, não poderia estar ausente. É claro que a maneira como Trajano era mantido prisioneiro era a ordenada por Cabral. É Trajano que fica mal com a declaração de que assumira o compromisso *de não tentar evadir-se*, e que *pôde fugir*.

No alvoroço causado pelas primeiras descargas, Trajano pôde fugir; ele se pôs sob a proteção da seção Saffroy, que controla os arredores da vila. Quando esta tropa se envolve no tiroteio, amedrontado pela chuva de balas que caem por todos os lados, Trajano se salva entrando na floresta, onde já se havia refugiado parte inofensiva da população

Não cabia pensar em ir à sua procura. No estado de superexcitação causado pelos assassinios de que seu chefe e camaradas haviam sido vítimas, era de recear que uma procura nos bosques por parte de nossos soldados, degenerasse numa verdadeira caçada humana, o que convinha evitar a todo preço, a repressão devendo cessar ao último tiro dos homens de Cabral ou dos habitantes do Amapá. Melhor valia deixar Trajano, que conhece maravilhosamente bem o país, regressar por si próprio a Cunani, do que se expor a semelhante eventualidade.²⁹⁸

Confessa aqui a incapacidade de comando. Mas talvez tratava-se, simplesmente, de disfarçar a covardia.

REEMBARQUE DO DESTACAMENTO

Nada teria portanto justificado uma longa permanência de nossos soldados no Amapá. O capitão tenente Destoup e o 2º tenente Boulain decidem pois pelo embarque e o regresso, baseando-se nas condições de navegabilidade do rio do Amapá e a hora da maré

Cerca de cinquenta fuzis foram apreendidos dos bandidos habitantes do Amapá; quatro quintos dessas armas eram de fuzis de repetição. Foram utilizados para compor padiolas sobre as quais se transportavam os feridos às embarcações, depois de estarem depositados na margem; dez somente, de diversos modelos, foram embarcadas como peças de comprovação

Uma bandeira brasileira flutuava em um mastro fincado em frente à vila. A última ordem do capitão Lunier ao morrer foi a de retirá-la; esse pavilhão foi igualmente apreendido, assim como o pavilhão da quarentena.

Esses fuzis e essas duas bandeiras foram os únicos objetos levados do Amapá e, a esse respeito, devo salientar esse fato que, apesar do horror do atentado cometido, nenhum soldado retirou das casas, mesmo daquela do chefe dos bandidos, mesmo daquela em que a resistência foi mais enérgica, o mais insignificante bibelot,

exceção feita dos galões do ombro de um uniforme de coronel pertencente a Cabral e que estão nas mãos do comandante do Bengali.²⁹⁹

Os habitantes de Amapá eram agora *bandidos*: tinham então os franceses um representante entre *bandidos*? *Bandidos* que lutavam para defender suas casas, que viviam pacífica e ordeiramente. *Bandidos* porque não tinham mais aceito a intransigência da minoria francesa. Porque Peroz é quem afirmará mais adiante: a população era quase exclusivamente composta de brasileiros.

REGRESSO DO BENGALI A CAIENA. HOMENAGENS FÚNEBRES, EMOÇÃO, SUPEREXCITAÇÃO VIOLENTA NA CIDADE

No dia 17, às 5 horas da tarde, o Bengali aportava a Caiena sem ter fundeado durante a passagem por Calçene. O estado de decomposição avançada dos corpos que se desejava, a todo preço, fazer repousar em terra francesa, não havia permitido atrasar a chegada.

O sepultamento teve lugar ao aproximar-se a noite, à luz de tochas e de lanternas; todas as tropas da guarnição tomam parte. A cidade inteira acompanha ou segue o cortejo, a emoção é considerável. No cemitério, depois da cerimônia, vozes numerosas se elevam do meio da multidão gritam vingança e pedem que uma convocação seja iniciada para a formação de tropas voluntárias e milícias volantes.

As mulheres da cidade mostraram elas também, com mil manifestações delicadas, pelo envio de flores, de víveres de toda espécie, pela oferta de seus serviços como enfermeiras, o seu patriotismo e a viva dor que o atentado do Amapá lhes causou.

As Assembléas reunidas desde a manhã em sessão extraordinária — Comissão Colonial, Conselho Municipal — votam, à unanimidade, um crédito de muitos milhares de francos para erguer um monumento comemorativo à memória dos nossos soldados mortos no campo da honra.³⁰⁰

Estava criado, acreditavam os provocadores, o pretexto para a ocupação, primeiro passo para a anexação. A idéia de vingança — dos franceses mortos num ataque? —, de lavagem da honra, foram utilizados nestas aventuras, com maior ou menor sucesso, em todos os tempos. Para exércitos coloniais era tão corriqueira como água.

MANIFESTAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO MILITAR IMEDIATA DO TERRITÓRIO CONTESTADO

Os dias que seguem são de agitação ainda indescritível: homens procuram o escritório do Comandante das Tropas para se alistarem; a multidão se desloca em massa ao encontro dos destacamentos de soldados que vão e vêm a serviço ou em manobras.

O sepultamento do corneteiro Pinson, no segundo dia posterior, é ainda objeto de uma manifestação patriótica imponente. O mesmo ocorreu no dia 25 nas homenagens fúnebres pelo repouso da alma de nossos mortos.

Em todas as casas, em todos os lugares de reunião nas praças, pede-se a ocupação, a mão armada, imediata do território contestado e os cidadãos da Guiana se oferecem para essa missão

Os poderes públicos terão o dever de levar em conta esse sentimento quando tiverem de encarar as diversas eventualidades que podem regular essa questão do território contestado. A lentidão as proteções, as transações, as meias-medidas, as indigências de vista e de idéias em meio às quais dormitava durante tantos anos, malgrado os avisos reiterados, advertências repetidas frequentemente nos últimos tempos, todas essas fraquezas geraram o drama sangrento de 15 de maio.³⁰¹

A VIDA DE NOSSOS COMPATRIOTAS ESTÁ EM PERIGO

No Amapá nossos soldados foram assassinados. Que se tome cuidado! Daqui a pouco, em todos os pontos do território contestado, a vida de nossos compatriotas estará em perigo se o Governo não tomar a deliberação enérgica e sábia de ocupar militarmente toda a região.³⁰²

Aqui falava um chefe militar aos dirigentes políticos, pressionando pela decisão de força, acenando com uma realidade completamente distorcida: no episódio, segundo seu relato, morreram 6 militares franceses e 60 civis brasileiros; nenhum francês fora ameaçado de morte pelo governo dos brasileiros em Amapá. Se algum governo tinha que tomar medidas para garantir a vida de seus cidadãos, dentro da lógica de Peroz, era o governo brasileiro.

RESPONSABILIDADE DO BRASIL NO INCIDENTE DO AMAPÁ

Esta afirmação me leva a provar, como resulta deste inquérito, que a mão do Brasil se estende pouco a pouco sobre essa região ontem dissimuladamente, hoje abertamente, e que uma pesada responsabilidade recai sobre o Governo dessa nação na emboscada do Amapá

E antes de tudo, todos os Chefes, todos os condutores dessa organização com o fim de interditar aos franceses o acesso ao território contestado ou de os expulsar, vem diretamente da Província do Pará são cidadãos os brasileiros: Cabral, chefe insurrecional do partido democrata; Luís Bentes, alferes do exército brasileiro; um negro de certa idade que se denomina "General" Rosendo, pertencente também ao exército; João Lopes Pereira, professor primário no Amapá a soldo da Intendência de Macapá Desidério, ex-revolucionário no Pará Raimundo Marcelino do Anuto, Raimundo Antônio Gomes, Manuel Joaquim Ferreira, ex-estudante no Pará membro do partido democrata, Epifânio Dalous, Juan Belforte chefe da região do Redondo, etc. etc...

*Como essas pessoas tiradas de diversas classes da sociedade brasileira se achavam assim reunidas no Amapá onde, no meado de dezembro último, depõem a mão armada o capitão V oisin e o substituem por uma espécie de triunvirato composto de Cabral, de Manuel Ferreira e de Pereira, com Raimundo Marcelino como Major Fiscal?*³⁰³

Estas indagações contêm sua própria resposta: porque os movimentos insurrecionais populares têm por característica esta mescla de origens e classes, que se encontram na luta pelo interesse comum. Peroz reconhece aqui mais uma vez a autoridade do Triunvirato sobre Amapá lá mesmo onde fora prender seu chefe. E, ao relatar suas medidas contra os franceses, em nenhum momento cita atentado à sua vida.

Por que a sua administração, desde o início, é endereçada contra os nossos concidadãos e chega até à interdição absoluta, para eles, de subirem o rio, sob pena de serem recebidos a tiros de fuzil e saqueados, até a proibição sob pena de multa, da exportação, pelos homens do Amapá de bois para o Amapá?

Segundo aquelas instruções, uma vez sua autoridade implantada sem contestação no Amapá se estende ela a mão armada sobre os outros rios?

De onde lhe vem o apoio moral que lhe dá a audácia de igual embargo sobre o Contestado?

*Onde encontra ela o dinheiro que é necessário abundante para sustentar, nutrir, armar e pagar uma verdadeira companhia no Amapá e um batalhão no resto do território?*³⁰⁴

Da narrativa da luta ficara claro que o exército que Cabral pretendia organizar ainda era um sonho. A luta foi feita, de parte dos brasileiros, por civis, que talvez já tivessem a estrutura decretada pelo Triunvirato mas não tinha, justamente pela limitação de seus recursos humanos e materiais, o equipamento e o treinamento que caracterizam as organizações militares.

E o salário da polícia secreta, muito bem organizada, instalada mesmo em Caiena?

*Não é necessário ir muito longe para achar o ponto de partida dessas atitudes, pois é de dezembro a abril que começa e se completa a organização indicada mais acima e que se produzem os atos daí decorrentes.*³⁰⁵

Passa agora Peroz a outro recuo no tempo: narra à sua maneira a tomada do poder em Amapá pelo Triunvirato. Vamos aceitar, neste próximo trecho do seu relatório, os deslocamentos, as presenças, deixando de lado as intenções adivinhadas, a *conspiração* do governo brasileiro.

MISSÃO BRASILEIRA DO DOUTOR TOCANTINS E DO CÔNEGO MALTEZ

Até o fim do ano último, o território contestado franco-brasileiro era relativamente tranqüilo. Certos sintomas de agitação, certas tendências brasileiras, certos atos condenáveis se haviam produzido; mas eles provinham de individualidades viciadas ou recalcitrantes conhecidos de todos. O sentimento geral dos habitantes desse território quanto à parte relativa às reivindicações francesas, era geralmente favorável a nosso país; a unanimidade dos testemunhos que tomei a esse respeito da parte dos habitantes de Caiena e daqueles do Contestado não deixa existir nenhuma dúvida a esse respeito.

No decorrer de novembro, um vapor brasileiro desembarca em Cunani uma missão brasileira composta do doutor Tocantins, que se dá como major do

exército brasileiro e se ocupa em verdade das funções de médico-major, acompanhado de um soldado ordenança portador de seu uniforme, do cônego Maltez, cura de Santana do Pará com poderes espirituais sobre a ilha de Baile, sobre Macapá e sobre o território contestado, e de um personagem cuja intemperança é tal que o doutor Tocantins dele se livra prontamente.

Todos três estão o abertamente a soldo do Governo brasileiro e indenizados especialmente para sua missão. O doutor Tocantins pretende, diante dos franceses, ser encarregado pela Companhia Fluvial do Pará de estudar a possibilidade de criar um serviço regular de vapores de Pará a Caiena com escalas em Macapá, Cunani e Calçene, e estar a serviço dessa Companhia; mas o cônego Maltez confessa que todos dois estão o pura e simplesmente a serviço do Brasil. Ver-se-á de resto mais adiante o que se deve pensar da alegação do primeiro.

A missão é recebida no prélio da escola onde estabelece seus escritórios e na qual içou uma gigantesca bandeira brasileira.

O doutor Tocantins sobe o rio, faz o levantamento à bússola, em companhia de um membro da missão Coudreau, o sr. Bisson, que o auxilia nesse trabalho. Ele explora a região em todos os sentidos, parlamenta com os habitantes de língua portuguesa, e, enfim, convoca uma reunião o geral da população de origem brasileira na casa de Vasconcelos, em Cunani.

Embora nenhum habitante de nacionalidade francesa tenha sido admitido e o segredo sobre a deliberação tenha sido ordenado, pude saber por muitas fontes e particularmente do filho do juiz de paz de Cunani, que era seu escrivão quais foram as resoluções que ele adotou diante das instruções dadas ao doutor Tocantins pelo Governo brasileiro.

Podem resumir-se em algumas palavras: subtrair aos franceses toda a influência na região tornar-lhes as possibilidades de vida cada vez mais precárias, finalmente, fechar-lhes o acesso ao território contestado e estabelecer uma administração regular dependente da comarca de Macapá.

Um pavilhão brasileiro estava içado na cumeeira da casa habitada por Tocantins, este estava acompanhado de um soldado do exército regular, de um cônego; seria mais do que o necessário, fora toda documentação oficial, para provar aos habitantes de Cunani que o Governo brasileiro não o esperava manter-se neutro por mais tempo no Contestado e que sua autoridade ia fazer-se sentir.

De resto, seu enviado não escondia que a organização administrativa da qual havia esboçado o plano, seria feita por homens vindos do Pará que seriam ajudados nessa tarefa por uma tropa armada.

Assim se apoiariam as reivindicações dos patriotas prevendo que, logo mais, forças regulares ocupem a região

Não restava mais ao povo de Cunani senão submeter-se e fazer coro com Tocantins

Por seu lado, o cônego Maltez vinculava os fiéis à Província do Pará nas preleções frequentes, inspiradas por um patriotismo ardente, ele exortava os habitantes do Contestado, tanto em Cunani, quanto em Macapá a romperem todo o laço com a Guiana e a França, e de se adaptarem às instruções que lhes seriam transmitidas pelos representantes que o governo brasileiro ia enviar-lhes.

Ultimamente, os padres de Caiena iam frequentemente levar o socorro da religião ao território contestado, o cônego delegado cortava, rapidamente, o laço espiritual assim criado com a França.³⁰⁶

Mais uma vez, é Peroz quem afirma, o sentimento da população era de fazer coro com o sentimento pró-brasileiro. E o simbolismo da bandeira é muito presente: ele se escandaliza com o pavilhão brasileiro içado na cumeeira da casa habitada por Tocantins, como os brasileiros haviam se escandalizado com o pavilhão francês levantado por Trajano.

CHEGADA DE CABRAL AO AMAPÁ

Enfim, enquanto o cônego Maltez vem em dezembro parlamentar em Caiena e averiguar o estado dos espíritos, Tocantins volta ao Amapá logo chega do Pará Cabral, acompanhado de vinte e cinco homens armados; logo Voisin, que foi durante muito tempo capitão do Amapá é destituído; as pessoas do Amapá que protestam são ameaçadas com fuzis; as novas eleições são feitas com o revólver na mão, e Cabral sai das urnas em primeiro lugar. O triunvirato, do qual dei mais acima a composição, estava constituído

A partir dessa época os sentimentos da população em face da França mudam completamente; tornam-se logo hostis.³⁰⁷

Se os brasileiros tivessem se imposto nas eleições com o revólver na mão, a população não se teria tornado hostil à França, mas ao Triunvirato e ao Brasil.

*Em janeiro, chega ao Amapá um grupo de mineradores de Caiena enviados pelo sr. Bally. Proíbe-se ao grupo de ir mais além, obriga-se a regressar ameaçando de fuzilaria se ele não o obedece imediatamente. Muitos brasileiros desejam mesmo saqueá-lo; à frente Desidério. O cônego Maltez, que se acha na vila, faz ver que não se pode chegar a esse ponto e os garimpeiros franceses podem retirar-se sem maior dano.*³⁰⁸

Ainda uma vez Peroz afirma que os franceses puderam retirar-se sem maior dano.

A TUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO POR INTERMÉDIO DE CABRAL

*Cabral, entretanto, percorre e estuda a região. Em março, ele retoma ao Pará ali fica até abril e desembarca a 17 com um reforço de cinqüenta a sessenta homens, dos quais muitos trazem o cinturão vermelho de serviço dos graduados do exército brasileiro, enquanto que muitas centenas de outros homens armados chegam ao Contestado pelo interior. Ele traz consigo um uniforme de oficial superior do exército brasileiro, malas ricamente abastecidas, recursos, e, o que é mais importante, instruções que mostra ao professor Pereira e aos membros do triunvirato, e das quais fala a muitas pessoas, entre outras ao sr. Masse do qual narrarei mais adiante a triste odisséia. Vem definitivamente administrar e dirigir a região em nome do Brasil, interditar o acesso dos franceses e os rechaçar, se preciso.*³⁰⁹

Se houve este envolvimento com o governo brasileiro — e seria de qualquer forma estranho ele mostrá-las a um francês — ele ainda não foi comprovado documentalmente: todas as afirmações de Peroz são de ouvir dizer, e de ouvir dizer de segunda mão. Quanto às centenas de homens armados, onde estavam as armas, que não apareceram no momento da única luta nem nunca foram diretamente vistas?

No Pará ele se manteve em relações seguidas com Filipe José de Lima, senador, jornalista, do partido governamental; mantém-se em correspondência com os srs. Vicente Chermont de Miranda e Pais de Carvalho, todos dois membros do

governo central, o último senador no Rio. Foi-lhe prometido um posto elevado no exército e 200 contos de mil-réis [sic] por conta do crédito de 2 milhões, recentemente votado, caso tenha êxito em sua missão o senhor Filipe José de Lima foi encarregado pelo governo do Pará de parlamentar com ele para tratar da criação, nessas condições, das colônias do Amapá e de Cunani.³¹⁰

Também sobre este ponto faltam documentos. Certamente os senadores pelo Pará os políticos paraenses em geral eram partidários de uma solução que assegurasse a manutenção do território contestado como brasileiro, nos termos do Tratado de Utrecht, como aliás sustentavam há muito os sucessivos governos e partidos brasileiros, não só no Pará

Ele regressou ao Amapá no mesmo navio no qual veio a Mme. Coudreau, mulher do explorador. Ora, esta afirma que na visita que seu marido e ela fizeram ao governador do Estado do Pará este último lhes declarou, sem ambigüidade alguma, que sua intenção era de fazer ocupar pelas forças regulares, por motivos de ordem policial, o Amapá, Cunani e Calçoene. Podemos admirar-nos que o sr. Coudreau e sua mulher, todos dois franceses, mantidos por tanto tempo por nosso governo e sustentados por ele, não tenham considerado de seu estrito dever comunicar sem tardança essa grave notícia ao governador da Guiana; mas, não podemos pôr em dúvida essa afirmação feita por Mme. Coudreau de uma forma muito precisa e em circunstâncias muito particulares para não ser tomada como absolutamente verídica.³¹¹

O que considera grave notícia — obtida ainda por terceiros, e portanto passível de dúvida — é menos do que se considerou no direito de fazer: mandar uma força policial. Também cabe a dúvida sobre por que o governador do Pará Lauro Sodré político de enorme experiência, faria tal afirmação a um homem de certa autoridade, um cientista, que publicara em 1886 um livro apologético sobre a França Equinocial — isto é o Amapá — e tinha negócios no território contestado.

De mais, com o vapor que trouxe Cabral ao Amapá chega em todas as escalas do território contestado a nova notícia de que Cabral será seguido a curto prazo de três batalhões de tropas regulares, que serão colocadas sob o comando de um general. Esse rumor não é a confirmação do informe dado pelo próprio governador?

Durante a ausência de Cabral, alguns dias antes de seu retorno, o aviso francês Bengali estava presente no Amapá para assegurar a exatidão da nova notícia espalhada em Caiena, de que essa parte do território contestado era inteiramente fechada aos franceses. Antes de deixar a sede de sua residência, Cabral havia dado ao professor Pereira instruções formais a nosso respeito; com efeito, o comandante do Bengali e algumas pessoas que o acompanhavam, todos sem armas, são convidados por Pereira a regressar a bordo e a não tentar ficar por mais tempo no Amapá ou penetrar no interior; e esse convite não constitui nenhuma cortesia, porquanto durante a conversação, o professor trata nosso representante como pirata.³¹²

Aqui enfim Peroz dá um testemunho de um participante de um episódio no Amapá. Não se sabe exatamente em que circunstâncias Pereira usou a palavra pirata; mas neste relatório ela já foi usada muitas vezes por Peroz em relação às autoridades do partido brasileiro. Ainda uma vez, o testemunho é de que houve interdição de circulação, mas não uso de violência maior.

As instruções que Cabral traz do Pará devem ser mais formais ainda do que aquelas deixadas com Pereira, pois ele desembarca no Amapá no dia 17 e a 27 Trajano e o pavilhão francês que flutua sobre a casa dele são arrebatados por um destacamento armado; os habitantes do Amapá dispõem as suas casas em estado de defesa e se mantêm em alerta; expedições vão à floresta cortar madeira para reforçar no interior das casas portas e janelas; os homens adultos são avisados de que os que se recusarem a atirar sobre os franceses serão fuzilados; uma guarnição de cerca de quarenta homens fica em guarda na vila quando Cabral se ausenta com o seu bando.³¹³

Voltamos ao domínio da especulação e da afirmação inaceitável pelo bom senso: se Cabral esperava o ataque e dispunha de tanta força, porque não estava com ela plenamente preparada para o combate? A descrição do combate deixa claro que eram civis os mortos — a relação brasileira mostra que nem todos eram homens, que havia mulheres e crianças —; e os militares, nenhum deles morreu? Por que nenhum militar entre os quatro prisioneiros?³¹⁴

Que esse homem disponha de recursos necessários para recrutar e sustentar, no Amapá somente, uma guarnição de uma centena de homens, para manter em

Caiena um custoso sistema de espionagem, que tenha tido os meios de ação de que dispôs, que tenha sido possível a ele, um inimigo reconhecido do Governo atual, um ex-chefe de insurreição, o homem perigoso por excelência graças à sua inteligência e à sua energia, a seus talentos militares e a seu espírito de organização, que esse homem tenha podido recrutar abertamente no Pará homens em grande número, comprar-lhes armas, ir e vir sem controle na cidade, parlamentar com diversas autoridades locais de alto posto, sem a conivência e sem a ajuda e o apoio do governo do Pará isso parece de todo impossível.

Que esse Cabral, qualquer que seja o seu valor e o seu temperamento, por iniciativa própria tenha tomado por si mesmo a iniciativa de verdadeiros preparativos de guerra contra os nossos compatriotas, contra a França por consequência, enquanto sabia perfeitamente que uma guarnição francesa de uma certa importância, em todo o caso mais forte e mais poderosa que o seu bando, podia estar presente no Amapá em dois dias, apoiada por um aviso de guerra, me parece ultrapassar o limite das coisas admissíveis, se ele não se sentisse apoiado por todo o Brasil.

Seria preciso que ele tivesse perdido a razão completamente para empreender a tarefa de resistir sozinho às forças militares da Guiana francesa ou somente às equipes de mineradores de ouro que, com todo o direito, podiam vir de Caiena numerosas e armadas lhe exigir passagem.

Ora, Cabral é ao contrário um homem muito bem equilibrado, malgrado o ardor de seu temperamento. Os últimos decretos baixados por ele para os habitantes do Amapá relativamente à municipalidade, são marcados com o timbre do bom senso.³¹⁵

É a primeira afirmativa a explicação simples: impossíveis são esses fatos de ouvir dizer. Cabral portanto não dispunha de recursos necessários para recrutar e sustentar uma guarnição de uma centena de homens ou para manter em Caiena um custoso sistema de espionagem. Cabral, sendo um homem informado e inteligente, não fez os preparativos de guerra que poderiam provocar uma reação armada francesa: mas as armas francesas dispensaram tais preparativos.

Admito de bom grado que, preparando às forças francesas uma emboscada covarde, oferecendo-lhes combate, ele ultrapassou as instruções que lhe haviam sido

dadas. Está fora de dúvida que o governador do Pará o desconsiderará a esse respeito, como é também fora de dúvida que o governador do Pará e talvez o governo brasileiro são os verdadeiros agentes responsáveis pelo sangue vertido no Amapá a 15 de maio.

A cumplicidade de um ou de outro, ou dos dois, é inegável.

Além disso, a conduta do governo brasileiro nesse acontecimento não é a mesma tomada por ele para fundar a colônia militar de Dom Pedro, depois a colônia de Aporema, e enfim a dos lagos, colônias que, malgrado nossos direitos e nossos protestos, platônicos é verdade, o governo do Rio de Janeiro inclui oficialmente no município de Macapá e administra.²³¹⁶

A Colônia Militar D. Pedro II tinha mais de 50 anos: fora fundada em abril de 1840. Ficava fora do limite do território contestado, no rio Araguari, afluente do Amazonas. O Aporema também era ao sul do território contestado. Isto é ao sul do território tornado neutro pelas tratativas oficiais entre os dois governos: como mostrou mais tarde o barão do Rio Branco, as pretensões francesas podiam variar, e muito, chegando mesmo ao delírio geográfico. Mas nunca o governo brasileiro ou o governo português, antes da independência, aceitaram nem mesmo discutir uma fronteira ao sul do Araguari.

Primeiramente, o revolucionário ou as pessoas sem idoneidade enviadas, em troca de seu perdão a fim de colonizar o Contestado, depois o padre, em seguida o professor, seguido logo do aventureiro soldado e administrador, enfim uma guarnição e uma administração regular.

Medidas imediatas de proteção aos nossos compatriotas se impõem

Nossa indiferença ou nossa fraqueza haviam permitido até esta data essas usurpações; hoje, o sangrento acontecimento ocorrido contra a nossa vontade, por circunstâncias inelutáveis que deveriam ter sido previstas há muito tempo, mudou violentamente o aspecto das coisas.

Antes de toda distribuição das responsabilidades, antes de toda abertura a um entendimento diplomático, se impõem medidas de dignidade nacional e de salvaguarda de nossos compatriotas.

Como afirmei mais acima, uma viva agitação reinava em toda a parte norte do território contestado depois das atividades da missão o Tocantins, inicialmente, e do chefe Cabral, depois.

Era de tal ordem que, mesmo antes de 15 de maio, o milhar de franceses distribuídos por esse território não se considerava mais em segurança; muitos haviam sido molestados, outros, em grande número, ameaçados.³¹⁷

Atenção a este número: um milhar. A população do Contestado era da ordem de dez mil habitantes.

O Governador da Guiana, enviando a bordo do vapor Lifjeld, no dia 10 de maio, uma brigada de gendarmaria, cedia à obrigação de proteger os mineradores que aguardavam à foz do Calçene um barco a fim de retornar a Caiena; os avisos eram incisivos, sua segurança estava em perigo.

E, como efeito, à chegada do Lifjeld no rio Calçene, os gendarmes interrogam os franceses que vieram ao seu encontro e eis a seguir o que lhes foi respondido e as informações que eles colheram depois:

Interrogados a respeito do que se passa no rio, respondem que tudo está tranqüilo sob o aspecto dos atos de pirataria, mas que boatos alarmantes circulam a tal ponto que toda a vila está em estado de alarme há muitos dias; espera-se de momento a momento ser atacado por brasileiros vindos de Macapá saqueado e expulso.³¹⁸

Numa relação de nove mil para mil não era necessário esperar por alguns homens — quantos poderiam ser? — para o saque e a expulsão, se tal fosse seu desejo.

Essa notícia nova, dizem eles, se espalhou depois da chegada ao Amapá do capitão Daniel. Ele havia anunciado a todos os seus compatriotas a determinação tomada pelo de nome Cabral de expulsar deste rio os franceses que o exploram em prejuízo dos primeiros ocupantes, os brasileiros.

Desde esse dia, uma mudança notável se operou entre os brasileiros estabelecidos na corredeira Daniel e estes, esperando sempre o sinal de revolta que deve vir do Amapá, tornaram-se muito arrogantes e chegam mesmo a nos ameaçar, com armas na mão, pela menor futilidade.

Os trinta brasileiros que se acham estabelecidos nesse ponto estão todos armados de fuzil de guerra americano; também os de nacionalidade francesa estão

pouco tranquilos e evitam dar prosseguimento às suas numerosas provocações. Essa fraqueza parece torná-los cada vez mais audaciosos.

Depois dessa declaração, nós nos transportamos ao *dégrad Daniel* onde se acha uma aglomeração de trezentas a quatrocentas pessoas e as informações que ali recolhemos junto a muitos notáveis de nossos compatriotas tendo confirmado a declaração precedente, conduzimo-nos para junto do capitão *Daniel*, chefe dos brasileiros do *Calçoene*, e o interpelamos a respeito dos rumores que ele havia espalhado quanto à chegada próxima de um bando armado vindo do *Amapá*.³¹⁹

Na região do *Calçoene* a relação realmente se invertia. Mas fica explícito que a presença armada não era do exército brasileiro, nem mesmo das tropas do *Amapá* mas do exército francês, que interpelava e apreendia armas — dos brasileiros.

Ele se recusou a responder a nossas perguntas pretextando não conhecer nem o francês e nem o crioulo.

O chefe do partido brasileiro, o capitão *Daniel Pedro Fero*, está devidamente provisionado em armas de guerra.

... Continuamos nossa caminhada para o *dégrad Daniel*, onde realizamos logo uma minuciosa busca no alojamento do capitão a qual nos permitiu a apreensão de três fuzis de guerra, sendo dois de repetição carregados e provisionados.³²⁰

E com três fuzis travaria combate com a França?

Ora, é preciso considerar que o mesmo ocorre com quase todos os outros brasileiros e esses homens, que conhecem maravilhosamente bem a região podem, emboscados ao longo das margens e sem que seja possível reconhecê-los, nem mesmo os ver, dizimar na passagem nossos mineradores que descem o rio em pirogas.

É inegável que o evento do *Amapá*, que é uma covarde emboscada, será apresentada a todos os brasileiros do território contestado como sangrentas represálias contra seus compatriotas, represálias que geram vingança; e talvez essa vingança se traduzirá em atos de banditismo em que os nossos concidadãos serão as vítimas.

Só a presença de forças militares nessas paragens poderá impedir iguais acontecimentos futuros, e não o julgo conveniente esperar que o Brasil se encarregue desse policiamento preventivo.³²¹

Volta Peroz a defender a intervenção francesa, esquecendo o terrível saldo que proclamava: sessenta mortos civis brasileiros contra seis mortos militares franceses.

O EPISÓDIO DO AMAPÁ FOI UMA EMBOSCADA PREPARADA COM ANTECEDÊNCIA

Resta-me demonstrar que o episódio do Amapá foi uma verdadeira emboscada, preparada com muita antecedência e maquinada de tal sorte que sem as prudentes precauções ordenadas pelo governador da Guiana, apoiando com uma companhia de infantaria da marinha a seção de desembarque do Bengali, nenhum de nossos marinheiros descidos a terra escaparia ao massacre.

Regressando do Pará em abril, Cabral trazia com ele para o Amapá um reforço de 60 homens armados com fuzis de guerra. Dá-se-lhe ciência de que durante a sua ausência um aviso francês veio se informar da situação nova em que viviam os franceses, sua polícia o põe ao par da notícia de que em breve esse mesmo barco retornará

Ele felicita como lhe convém ao professor Pereira pela insolência das suas respostas ao nosso representante, e reúne os habitantes do Amapá, tendo ao seu redor o bando armado, que confirma, por sua presença, a obrigação em que cada um se acha de lhe obedecer.

Faz jurar por todos de receber os franceses a bala se eles se apresentam novamente, e para que esse juramento seja fielmente cumprido, previne que fará fuzilar o primeiro que falhar.

Depois dá ordens minuciosas sobre a recepção que pretende nos proporcionar: “árvores serão cortadas na floresta para fortalecer as portas e janelas; — à chegada dos franceses, os homens válidos se trancarão em suas casas hermeticamente fechadas e embarricadas e aguardarão, com o fuzil na mão, a ordem de fazer fogo; — um homem portando uma bandeira brasileira e uma bandeira de quarentena virá ao encontro de nossos marinheiros e os proibirá de desembarcar; se, todavia, nossos enviados entram na vila, se deixar que penetrem fundo sem dar sinal de vida; depois uma parte do bando de Cabral, escondida na extremidade, sairá à rua e os fuzilará todos os homens em armas escondidos nas casas os liquidarão a golpes de fuzil”.

Nos primeiros dias de maio, todos os preparativos estão terminados; uma guarnição é instalada definitivamente no Amapá. Cabral viaja para o lago Redondo para exaltar os sentimentos patrióticos dos habitantes. Durante sua ausência, os habitantes do Amapá têm piedade do capitão Trajano e lhe retiram os ferros.

No dia 13, Cabral é prevenido pela escuna La Gabrielle que o aviso Bengali foi notado. Ele chega ao Amapá no dia 14 pela manhã com o reforço, dá suas últimas ordens e nos espera.

É assim que o capitão Lunier foi recebido, é assim que ele e muitos dos homens de sua escolta foram covardemente assassinados. Mas Cabral não pensava que teria de enfrentar, uma vez cometido o seu atentado, uma força militar de certa importância. No dizer de seus espíritos, o Governo da Guiana não devia reenviar às águas do Amapá senão o aviso Bengali com seus representantes, que escoltariam alguns homens da tripulação, os quais se venceria facilmente.

Toda essa maquinaria é criminosa se baseia nos interrogatórios dos cidadãos brasileiros, habitantes do Amapá ou que ali se achavam na época em que esse atentado se preparava.

A repetição e a concordância dos dizeres dessas pessoas, naturalmente levadas a amenizar as responsabilidades de seus compatriotas, lhes dão um valor irrefutável.³²²

Todo este trecho é uma repetição de fatos já narrados antes. Continua a completa incompatibilidade entre as forças e as informações de que Cabral disporia e a de que efetivamente dispôs. Mas sobretudo é preciso negar com veemência a hipótese de emboscada: numa emboscada Cabral não se arriscaria a ir ao encontro de Lunier e ficar à mercê de sua arma; numa emboscada teriam sido aniquilados os franceses.

O título do próximo trecho do relatório Peroz diz tudo: *opiniões precedentemente emitidas*. Opiniões, não fatos.

DOCUMENTOS SOBRE OS QUAIS SÃO BASEADAS AS OPINIÕES PRECEDENTEMENTE EMITIDAS

Esse encadeamento de fatos, que se sucedem de maneira tão estreita e se desenrolam tão logicamente, não foi estabelecido sobre presunções, não mais do que neste relatório, a ação do Brasil, ação direta, virtual, não foi exagerada nem falseada.

Para que nenhuma dúvida permaneça no espírito, devo, antes de concluir, precisar aqui quais as pessoas de nacionalidade brasileira que interroguei e cujas respostas anotei, as revelações que me foram feitas por cidadãos franceses estabelecidos no Contestado e em relação com o Pará, as cartas apreendidas dos nacionais brasileiros, e, antes de tudo, os atos oficiais do Governo central brasileiro ou do Governo do Pará dos quais um dos resultados certos é a emboscada do Amapá³²³

Passa agora Peroz a descrever Cabral. Acusa-o de democrata e insurrecto. É preciso situar o momento histórico. A 24 de fevereiro de 1891 era aprovada a primeira constituição republicana. Em consequência de suas disposições transitórias, dissolveu-se o governo provisório, sendo eleito o marechal Deodoro da Fonseca para cumprir o mandato reduzido que terminaria em novembro de 1894. A crise, que se instalara desde o primeiro momento, aflorou durante a própria eleição: Deodoro foi eleito com muito menos votos que o seu vice, Floriano Peixoto. A agitação militar era constante, contando muitas vezes com o incentivo de Floriano. A 3 de novembro de 1891 o marechal Deodoro dissolveu o Congresso Nacional. Todos os governadores o apoiaram, menos o do Pará Lauro Sodré. Mas um pronunciamento militar mais efetivo, comandado por Custódio de Melo, no dia 23 de novembro, provocou a renúncia de Deodoro e a sua substituição por Floriano. Não cessou, nem por isto, a permanente inquietação, frequentemente expressa em sérios levantes, e até mesmo em repressão sanguinolenta, até o governo de Prudente de Moraes, em 1894. Assim, estes termos mesmos de Peroz, “democrata e insurrecto”, são os termos que devem ser aplicados a muitos dos heróis da criação do regime republicano no Brasil.³²⁴



Rara fotografia do herói de Amapá

QUEM É CABRAL?

Inicialmente, quem é Cabral? M. Garcin, estabelecido durante 9 anos no Pará e que, durante cinco anos, morou em uma casa defronte da dele e a frequentou,

nos diz ser ele um homem ativo, enérgico, inteligente, bom para tudo, pronto para qualquer missão. Ele é subchefe de polícia, depois jornalista, depois revolucionário.

Ele julga esse homem capaz de todos os crimes e de todas as vinganças; sua presença no Contestado devia constituir um grave perigo.

O Diário Oficial do Estado do Pará de 13 de junho de 1891 narra em detalhes, em seu artigo “A Revolta”, o golpe de força executado no dia 11, à uma hora da madrugada, por um bando de revoltados comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral. Um esquadrão de cavalaria, o 15^o batalhão de infantaria, uma bateria do 4^o de artilharia, marinheiros armados com metralhadoras, um destacamento de engenharia, um esquadrão de cavalaria da polícia, a canhoneira Guarani são somente suficientes para dispersar os revoltosos. Dois generais e um capitão da marinha conseguem com grande dificuldade dominar o bando comandado por Cabral.

E este homem que fez o Pará passar por um tal perigo, que cometeu esse crime de lesa-pátria, cujo espírito de revolta, a energia, a coragem e a habilidade constituem um perigo constante para a segurança da cidade, é visto agora em relações constantes com altos funcionários auxiliares imediatos do governador, sob os próprios olhos do Chefe deste Estado! Ele vai e vem com toda segurança do Pará ao território contestado, recruta e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?

Certamente, é preciso fazer a parte das “coisas do Brasil”, mas pode-se fazê-lo com tanta amplitude? E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim, ele era também, mais do que qualquer outro, o homem que se pode facilmente desmentir; pois seu passado revolucionário é de natureza a afastar a idéia de qualquer entendimento entre o Governo e ele.³²⁵

AÇÕES ABERTAS DO GOVERNO BRASILEIRO. DOCUMENTOS OFICIAIS

Quais eram os serviços que o governo brasileiro esperava dele, e quais suas intenções em face do vasto território que se estende entre o Araguari e o Oiapoque?

Li no Diário Oficial do Estado do Pará de 19 de dezembro de 1891 um discurso seguido de um voto que nos orientará facilmente nessa pesquisa.

O senhor Marcos Nunes, em uma longa alocução, cortada e seguida de aplausos, reclama a criação de estradas, de centros agrícolas e de ingerência imediata do governo na Guiana brasileira, “do Rio Branco ao Tumucumaque, ao Oiapoque, ao Amapá”; é para o Brasil “uma questão de honra três vezes secular, uma questão de dignidade e de alto patriotismo”.

E conclui: “Nem uma pedra de nossas fortalezas, nem uma linha de nosso território”.

Vota-se e o projeto nº 3, relativo a essa organização, é aprovado.

No dia 28 de julho de 1893 o Brasil entra no período de execução material. O Diário Oficial desse dia traz a nomeação dos membros adjuntos seguintes: Doutor Ulisses Paiva, Silvério José Néi, Francisco Cardoso Barata e Tito de Mource Rodriguez, para uma comissão encarregada de estudos especiais no Contestado. O presidente dessa comissão é Lourenço Ferreira Valente do Couto.

No dia 30, o mesmo diário abre a essa comissão um crédito de 1.000 contos de réis a fim de ocorrer às suas despesas.

Um decreto, lavrado no mesmo dia, dá o direito ao sr. Do Couto de requisição de passagens, às expensas do tesouro, junto à Companhia do Amazonas e à do Loide brasileiro.

Além disso, não teríamos razão de nos admirar se, desde já o Brasil parecia considerar como seu o território contestado; é já um hábito velho ao qual os brasileiros de idade madura e longa data, se acostumaram. Vejo com efeito, em uma coleção oficial intitulada “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, manual oficial em uso das administrações e do exército, que remonta a uma dezena de anos, que a “comarca de Montealegre é compreendida, desde o mês de agosto de 1873, nos limites seguintes: ao norte, a Guiana Francesa”. Mesmos limites são dados, págs. 51, à comarca de Macapá “todo o território é limitado pelo Araguari, o Atlântico, o Tumucumaque e o Oiapoque”, englobados nitidamente na jurisdição brasileira. Além disso, desde esse mesmo ano de 1884, os habitantes do território contestado, Amapá e Cunani compreendidos, são convidados a enviar os seus boletins de votos a Macapá assim como o contingente militar.

Nas eleições de 1894, o instituidor do Amapá Pereira, viu seu ordenado mensal aumentado de 40.000 réis pela Intendência de Macapá em recompensa pela maneira como ele havia conduzido as eleições gerais em sua vila, da qual foi nomeado escrutinador.

Também os brasileiros se consideram perfeitamente em sua própria casa no território contestado.

O senador comandante Veríssimo usava a esse respeito, no dia 6 de agosto de 1894, no Rio de Janeiro, uma linguagem que cumpro o dever de reproduzir, pois ele mostra a que diapasão o sentimento brasileiro ascendeu: “A França não tem nenhum direito a fazer valer sobre o Contestado; nossa ocupação é de direito e de fato. A própria ocupação de Caiena pela França é de direito duvidoso, e nós teríamos mais direito a reivindicar a parte da Guiana dita francesa do que a França a reclamar um pedaço dos territórios da margem direita do Oiapoque. Além do mais, pouco importa a opinião da França. Em troca desses pretensos direitos, nós lhe daremos um tratado de comércio vantajoso. Se ela recusa, nós lhe fecharemos nossos portos. Mas, desde agora, devemos expulsar todo francês que tentar se estabelecer na Guiana brasileira. Esse assunto deve ser conduzido rapidamente e sem dar nenhuma atenção às recriminações e a gritarias.”

O senador federal Veríssimo tinha, nesse momento, a missão do governo central de investigar nos arquivos do Rio todos os documentos referentes ao Contestado, deles extraíndo a sua substância; sua declaração foi escrita no mesmo dia.

O Diário Oficial do governo central no Rio, em seu número de 4 de julho de 1894 “ pede seriamente a atenção de seus compatriotas sobre a intrusão dos franceses, garimpeiros no Contestado”.

O número de 14 de julho do mesmo diário insiste “ a respeito de que os franceses continuem, sem ser molestados, a explorar territórios nacionais (Contestado) que o Brasil, por inércia e por falta de energia, se deixa esbulhar”. Todos os jornais do Pará são unânimes em protestar contra essas incursões dos franceses no território do Pará

Cita em seguida um artigo do Jornal dos Debates, relativo ao Contestado, e termina: “Já não é sem tempo que se tem de alertar sobre os nossos limites, e é preciso que seja bem entendido pelo governo do Pará que nenhuma

parcela dos territórios da margem esquerda do Amazonas pertence a uma potência, se não à *nossa*".

Enfim em janeiro de 1895, o Diário Oficial do Estado do Pará anuncia que o crédito de 1.000 contos de mil réis [sic], solicitado por esse Estado para aumentar os seus recursos com o fim de instalação de colônias sobre o território contestado, acaba de ser votado por aclamação pelo Conselho Federal. Ele atesta que essa medida já conhecida provocou um entusiasmo imenso e que festas são promovidas nessa oportunidade.

Depois disso, será inútil de nossa parte indagar se a obra do doutor Tocantins, aquela do cônego Maltez, de Cabral e companheiros era toda de iniciativa privada?

É preciso repetir que a chegada de Cabral e de seu bando no Contestado se segue imediatamente à delegação de créditos?³²⁶

Deste longo trecho só uma coisa fica clara: o governo e os políticos brasileiros já não suportavam a presença francesa em território que era nosso desde o começo do século XVII, e sobre o qual tínhamos com a França um tratado de fronteiras claro e irrevogável, que só a má fé podia distorcer. Não cita no entanto Peroz nenhum ato de força do governo brasileiro, nenhuma iniciativa que extrapolasse os termos dos acertos provisórios em vigor naquele momento.

CARTAS CONSULTADAS E TESTEMUNHAS OUVIDAS

Devo eu enumerar todas as cartas que tive entre as mãos; elas são o número de 34, enviadas de diversos pontos do Pará do Amapá ou do Contestado, 11 outras recebidas em Caiena me foram comunicadas.

As testemunhas ouvidas, cidadãos brasileiros livres, prisioneiros do Amapá franceses, instalados no Contestado ou de passagem, se desdobram assim:

1º Cidadãos brasileiros domiciliados ao sul do Amazonas	– 31
2º Cidadãos brasileiros domiciliados ao norte do Amazonas	– 7
3º Franceses	– 13
	<hr/>
	51

Logo, cinquenta e uma pessoas das quais cinco somente não puderam ou não quiseram me dar informações. Das quarenta e seis outras, nenhuma me deu o

menor aviso de que estivesse em discordância com os dados colhidos na correspondência, nos relatórios diversos e outras peças de que dispunha.

OS FATOS SÃO PATENTES

Um acontecimento sobrevindo no segundo dia depois do regresso do Bengali a Caiena era todavia de natureza a fazer calar as bocas mais confiantes. Mas, podem-se esconder fatos de notoriedade pública?

Um francês de Caiena, sr. Edmond Masse, cuja correspondência a um de seus amigos de Caiena me foi de certa utilidade para restabelecer o papel de Cabral no Amapá chega a essa vila no meado de dezembro para prospectar o interior. Os habitantes se recusam a deixá-lo passar. No dia 18, Cabral desembarca e toma conhecimento da presença do sr. Masse; ele o interroga então certo de que é um prospector experimentado, lhe dá ordem de partir para as minas com alguns de seus homens. O sr. Masse quer bem trabalhar para si, não para os outros. Recusa, Cabral o ameaça de o espancar; ele deve ceder e é engajado a força. É assim que, durante alguns dias, ele vive no meio do bando, assiste à derrubada do muito frouxo capitão Voisin, as novas eleições em que o bando de Cabral triunfa a golpes de faca e fuzil. Ele viu a obra do cônego Maltez, Cabral, o engenheiro que o acompanha; assistiu ao vivo as conversações que revelavam o papel oficial de Cabral, sabe que ele apresentou em reunião dos principais as instruções do Governo brasileiro que os credencia no território contestado. Em uma palavra, ele conhece muitas coisas.

Entrementes, ele é tomado por um grave acesso de febre. Regressa a Caiena no mesmo dia em que o Bengali, na escuna Linda, comandada pelo filho de Juan Belforte, um dos ardentes patriotas do Redondo, e tripulada exclusivamente por brasileiros. Enquanto esse vapor aguarda a sua quarentena, um amigo do sr. Masse, durante a longa noite a bordo, e este último, sem desconfiança, dá algumas informações em seu poder. No outro dia, o sr. Masse havia desaparecido, sem ser possível saber quando e como. Depois desse fato, nada ocorreu que fizesse suspeitar do que sucedera; quanto à escuna, ela deixou Caiena depois de uma sindicância sem resultado.³²⁷

Dizemos nós também: os fatos são patentes. Sem dúvida muitas das informações prestadas e transcritas por Peroz são verdadeiras.

O problema é que nesses casos é preciso saber quem disse o quê. Isto não nos informa Peroz a não ser excepcionalmente. Sem distinguir as fontes, podemos ter suas cinquenta fontes como fidedignas — basta que a que sobra não o seja, e está contaminado todo o relatório. O episódio do desaparecimento de uma testemunha na própria cidade de Caiena beira o ridículo, mas não podemos esquecer que se trata de um documento oficial do exército francês que Peroz está redigindo, e que leva a sua autoridade de chefe militar: é portanto extremamente grave.

RESUMO

Em resumo, duas ordens de fatos chocantes sobressaem desse inquérito, que levei a efeito com toda independência de espírito, não tendo a guiar-me na busca da verdade senão as minhas investigações próprias. O sr. Comissário Geral Charvein, Governador da Guiana, mandando-me abrir processo, não me havia dado nenhuma indicação fora de alguns nomes de pessoas a citar e da lista dos números e datas de sua correspondência com o Departamento; a constatação da independência de espírito com a qual ela foi conduzida, tem o seu valor.³²⁸

Ele não se furtava ao auto-elogio.

Tudo foi feito de nossa parte para evitar a efusão de sangue no Amapá.

O primeiro fato, especial aos acontecimentos do Amapá, é que as instruções escritas e verbais dadas à missão de polícia militar enviada por nós ao território contestado franco-brasileiro estavam todas impregnadas do mais sábio espírito de prudência e da vontade bem arraigada do chefe da Colônia de fazer com que esse aparato militar tivesse por objetivo não provocar um conflito, mas somente tornar possível ao mesmo tempo a libertação do capitão Trajano e a captura dos culpados, bem como a proteção eficaz dos oficiais encarregados dessa tarefa.³²⁹

O que é como já verificamos, falso: tratava-se de uma operação de guerra.

Da mesma forma, o oficial ao qual ela incumbe compreende tão bem que o papel da França não deve ser agressivo que, de propósito deliberado, expõe a sua vida para evitar todo pretexto à efusão de sangue e é traiçoeiramente assassinado,

porquanto lhe bastaria fazer um sinal para que a vila do Amapá fosse subjugada pela força armada e obrigada a se render sem condições.

Também isto é falso, já que o que Destoup e Peroz narram é que imediatamente antes de morrer fez um sinal à tropa: mas era o sinal para o massacre.

O segundo fato, que se refere à situação atual do território contestado, é uma comprovação dolorosa para um francês convencido dos direitos da França sobre essa região

Diante da ação vigorosa e enérgica do Brasil, ação levada até a brutalidade e de onde nasceu, em alguns anos, a posse de fato quase irrecusável do Contestado por essa potência, que fez o Governo francês?

Além da missão Coudreau, da qual nada ousou dizer, tanto seu desempenho me parece estranho, além da missão Casey, organizada e provida de maneira a ser levada a um fracasso quase certo, nada, absolutamente nada.³³⁰

É muito curioso que nem um lado nem outro confiavam inteiramente em Coudreau, que não se definia por nenhum dos dois partidos.

Entregue a uma iniciativa cujas responsabilidades deviam todas lhe incumbir, sem recursos, sem direção, o Governador da Guiana não podia agir a não ser mediante conselhos, vãos na espécie.

Enquanto o Governador da Província brasileira do Pará tinha à sua disposição um texto de lei, instruções firmes do governo central, ordens precisas para agir, um serviço de informações perfeito, uma reserva de homens inesgotável tendo, à sua frente, homens de ação, enérgicos, inteligentes e organizadores eméritos, uma caixa de mais de dois milhões, o Comissário Geral Charvein não tinha mesmo onde obter alguns milhares de francos necessários para se pôr a par da marcha dos acontecimentos; bem mais, não somente não possuía os meios pecuniários necessários para enviar de tempos a tempos alguns agentes de polícia para assegurar a ordem nos locais em que nossos concidadãos formavam centros franceses, mas até esses agentes de polícia lhe faltavam, e o impulso que levava os caienenses a Calçene, a Cunani e ao Amapá em busca de ouro, tinha desorganizado totalmente a polícia municipal, que só existia nominalmente.³³¹

Peroz compara os recursos do Brasil — e não dos brasileiros do Contestado — com os da Guiana Francesa, em vez de compará-los com os da França. Não tínhamos então, como não temos hoje, mais que uma fração de seus imensos recursos.

No momento em que se realizou o golpe de força de Cunani e no qual a nossa honra estava diretamente em jogo, as comunicações telegráficas não se faziam a não ser pelo Brasil, intermitentes e incertas.

O Chefe da Colônia não dispunha mais desse último recurso a fim de prestar contas ao nosso Governo e aguardar as suas ordens, a fim de ressaltar a sua responsabilidade. Os acontecimentos que se sucederam nos dias 8, 9 e 10 eram de tal natureza, que era impossível não agir o mais rapidamente possível, sob pena de comprometer gravemente o prestígio de nosso pavilhão³³²

Logo veria Peroz que eram ele e Charvein que tinham comprometido gravemente o prestígio do pavilhão francês.

Além do mais, as narrações dos acontecimentos sobrevivendo ao Contestado haviam exasperado a população caiense a tal ponto que iniciativas privadas perigosas era de recear que tivessem levado a resultados mais sangrentos ainda do que aqueles que nós deploramos.

CONCLUSÕES

Não terminarei este inquérito sem dizer da convicção profunda que ele me inspirou.

Os oito ou dez mil habitantes fixados atualmente no Contestado são brasileiros de coração e patriotas na alma. A ação de sua pátria de origem não ficou infrutífera; suas simpatias se inclinavam pela França há alguns anos apenas, hoje em dia eles estão diante de nós nos limites do côlto.³³³

Este é um dos pontos centrais deste documento, já citado pelo barão do Rio Branco em seu trabalho de defesa do direito brasileiro na região³³⁴. *Brasileiros de coração e patriotas na alma.* É difícil de acreditar que a maioria deles estivesse algum dia se inclinado pela França, mas não se pode duvidar de Peroz quando afirma que o seu sentimento patriótico estava exaltado. Relembremos o número de franceses citado por Peroz: um milhar. Esta a população disseminada ao longo de todo o território.

Em quatro pontos as concentrações passavam de uma centena de pessoas: cerca de 120 em Caciporé de 300 no Cunani, de 600 em Calçoene e em Amapá³³⁵ Fora em Calçoene e arredores, quase todos eram brasileiros natos. Ativara o seu patriotismo a brutalidade do ataque francês.

Eles podem ter à sua disposição mais de mil fuzis, dos quais uma parte armas de guerra de tiro rápido, e têm atrás de si todo o Brasil.

Eis a situação de fato, para o Brasil.

Qual é ela para a França?

Nossos concidadãos estabelecidos no território contestado ou que ali trabalham, expostos às piores vinganças, a entrada desse território comum à França e ao Brasil, fechada à primeira; essa rica região caída de fato nas mãos do governo brasileiro; a obrigação para nosso governo — se ele não se contenta com essa solução que regularia facilmente, em verdade, a questão do Contestado acerca de 183 anos — de ocupar sem demora pelas forças regulares os pontos do Amapá Cunani e Calçoene; como conseqüências, a necessidade de reforçar a guarnição da Guiana de duzentos soldados de infantaria e de uma seção de artilharia, de organizar uma polícia volante crioula encarregada de correr a estrada em torno dos postos e de garantir a segurança no interior, de criar em Caiena uma base naval integrada por dois avisos de guerra de baixo calado para revitalizar e religar esses postos, afinal e acima de tudo, o dever de afirmar nitidamente diante do Brasil nossa vontade entranhada de administrarmos, nós mesmos, só e sem parceria, o território contestado entre o Araguari e o Oiapoque, até que a questão de delimitação seja resolvida, de apoiar se necessário no Rio essa declaração por uma esquadra, e, finalmente, fazer incontinente o sacrifício dos cinco ou seis milhões necessários à organização e à execução desse programa.³³⁶

Expõe finalmente Peroz o fundo da questão: ambicionam o franceses da Guiana esta rica região. Sua proposta é o uso da força, a ocupação militar, o que regularia facilmente a questão do Contestado. É fácil: a França, com seu poder, não tem por que discutir com um país de segunda ordem. Bastam soldados, navios, alguns milhões de francos e decisão política. Mas Charvein e Peroz, felizmente, não governavam a França.

É assim somente que o sangue do capitão Lunier, do corneteiro Pinson, do soldado Saigne, do segundo-mestre Arthure, dos sargentos Boze e Tissier, do marinheiro Donatan Pinson e dos 20 feridos do Amapá terá sido vantajosamente vertido pela pátria.

Caiena, 27 de maio de 1895

*O Comandante de Batalhão chefe das tropas da Guiana Francesa,
Cmte. E. PEROZ³³⁷*

Uma carta de Coudreau a Tocantins

Quase em seguida o *Diário de Notícias*, do Pará publicou carta de Henri Coudreau a Tocantins. Datada da véspera, 6 de junho de 1895, era quase um manifesto de solidariedade aos brasileiros:

Il.mo Sr. Dr. Tocantins, encarregado de missões científicas

Meu caro colega

A cabo de ler atentamente vosso relatório sobre o massacre do Amapá Relata um conjunto de fatos que, desgraçadamente, não podem ser postos em dúvida, mesmo nos detalhes. Assisti ao inquérito que fizestes no Amapá e cotejei-o com o outro contra-inquérito feito por mim mesmo e minha convicção é completa: os fatos são exatos no seu conjunto.

Peço-vos somente que distingais, nesse lamentável acontecimento, duas fontes de responsabilidade:

1ª - A responsabilidade do Governo Francês — O Governo foi iludido em sua boa fé por um pequeno bando de indivíduos, mais ou menos comprometidos em “ camarinha ”, que eu observo há alguns anos e cuja entrada próxima nas galés espero com paciência;

2ª - A responsabilidade do bando de indivíduos em questão — Por hoje não o marcarei na espádua senão o odioso instigador do massacre do Amapá o célebre Charvein, grande jacobino, anticolonial, que dá realmente a mão ao seu negro nas pequenas combinações auríferas do Contestado.

Não determino por ora porque não estou na França; mas falei nos jornais de meu país.

Falarei! Não consentirei que se diga que Caiena, a Caiena que conheceis, a Caiena com sentimento antifrancês, vós mesmo o tendes verificado, provocou um rompimento entre a França e o Brasil.

O coração e o bom senso das duas grandes nações amigas prevalecerão contra as patifarias dos negros e a raiva dos concessionários.

Cordialmente, meu caro Doutor, vosso devotado Henri Coudreau, encarregado de missões culturais, 1883-1895.³³⁸

A reação

O sentimento dominante no Brasil, a partir das primeiras notícias chegadas a Belém, de onde se alastraram com rapidez, foi de imensa solidariedade com os brasileiros do Cunani e de exaltação patriótica. O próprio *Diário Oficial do Pará* noticiava:

A opinião pública está presentemente preocupada com a questão dos nossos limites com a Guiana francesa.

Dela tratou a última mensagem do Presidente da República, dirigida ao Congresso Federal, onde lêem-se estas palavras:

“De acordo com o governo francês está resolvida a exploração do território litigioso ao extremo norte da República, e para isso foi aberto o crédito necessário. Já se declarou àquele governo, por meio da sua legação — que o Brasil está pronto para satisfazer o compromisso que contraiu. É necessário que com brevidade se resolva esta questão de limites”.

E o Governador deste Estado, na sua Mensagem de 7 de abril último, referiu-se a este assunto nestes termos:

“Tendo o Congresso Nacional autorizado o governo a despende até a quantia de 1.000:000\$ com os trabalhos para a manutenção e desenvolvimento dos núcleos coloniais da margem direita do rio Araguari, situado dentro do território do nosso Estado, o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, no propósito de dar execução àquela medida do maior alcance político e econômico, cometeu-me o encargo de organizar as bases e instruções necessárias para semelhante serviço

“Dessa tarefa desobriguei-me já no empenho de conseguir que em prazo curto sejam iniciados os trabalhos, que darão em resultado o povoamento daquela zona, que confina com a parte do nosso território, cuja posse legítima nos é contestada pela França. Falam tão claramente a nosso favor os documentos e a tradição que é permitido esperar, confiamos na vitória do direito, que há de um dia marcar o fecho dessa questão de mais de século, que o império recebeu aberta do régimen colonial e aberta entregou à República. Sei que o governo federal tem dado já os primeiros passos para chegarmos ao desenlace dessa contenda. E tempo é já de fazê-lo quando recai sobre nós a grande culpa de ter deixado aquela tamanha área do terreno nacional aberta à exploração de aventureiros estrangeiros, que nela estão vivendo fora de regra e de lei.

“Espero que a sabedoria e patriotismo do governo federal servirão para garantia completa dos nossos direitos e defesa da integridade da nossa Pátria”.

A questão posta no péem que vieram colocá-la as últimas e lamentáveis ocorrências, em as quais acharam-se envolvidos conterrâneos nossos, certamente dará lugar a que o Governo brasileiro esforce-se para que cheguemos mais rapidamente a vê-la fechada, seguidos os caminhos, que o patriotismo e a civilização indicam, certos e seguros.

Nos últimos dias de abril do corrente ano a nova dos sucessos ocorridos no Amapá como fêlos públicos a imprensa, o Governador do Pará dando por telegrama informações ao Ministro do Exterior da República, enunciava-se por esta forma:

“ O Governo deste Estado não pode ser responsável pelas ocorrências do rio Amapá onde nenhuma intervenção tem. Posso apenas informar-vos que nesse rio só existem brasileiros. Atenta atual exaltação ânimos povoação Amapá acho de maior conveniência que o governo brasileiro consiga governo francês respeito cego águas territoriais zona contestada, onde nunca navegou navio guerra brasileiro. Será talvez inevitável conflito em que fiquem envolvidos brasileiros se persistir propósito governo francês.”

Dando ao Governo federal informação acerca dos acontecimentos de 15 de maio último, o governador do Estado assim expressou-se, terminando a sua comunicação telegráfica:

“Situação exige reclamação imediata governo brasileiro a fim de ser obstada nova agressão aos brasileiros domiciliados no Amapá sem nenhum espírito de luta. Rio Calçene está cheio de exploradores e aventureiros franceses e nunca Brasil enviou navio de guerra para desalojá-los. A fim de garantir vida nossos concidadãos convém impedir reprodução ataque contra pacífica população brasileira território contestado.”

Ainda em telegrama expedido ao Ministro do Exterior a 30 de maio disse o governador do Estado:

“Posso assegurar-vos de acordo com informações recebidas testemunhas fatos ocorridos Amapá que ataque franceses àquela povoação foi completamente inesperado. Não havia, nem houve nunca cidadãos franceses feitos prisioneiros. Força atacante era composta tropa regular terra e mar.

“Foram levados prisioneiros para Caiena, alguns compatriotas nossos.”

O Governo do Estado confia na energia e no patriotismo do Governo Federal, ao qual pertence providenciar, por se tratar de assunto que é da competência exclusiva do Ministério das Relações Exteriores.

Consoante comunicação oficial recebida pelo Governador do Estado, o sr. Ministro do Exterior está agindo com a energia e critério que o caso reclama.³³⁹

Do lado da Guiana as reações variavam. Por um lado havia o mesmo sentimento de patriotismo, que levou inclusive à citação militar dos que se haviam destacado na luta. Entre os exaltados corria a falsa acusação de fuzilamento de Evaristo Raimundo, piloto brasileiro do *Bengali*, condutor portanto da tropa malfadada³⁴⁰. De outro, a indignação contra a barbárie, que prevaleceria e faria partir, desde agosto, o governador Charvein — aposentado em janeiro de 1896³⁴¹ — ; Peroz também é logo transferido. Desde 1^a de junho a França nomeia um cônsul em Belém³⁴².

Em 25 de outubro de 1895 Mr. Lamothe, substituto de Charvein, foi instruído a devolver as bandeiras brasileiras e libertar os prisioneiros.³⁴³ A 18 de novembro discursava no Conselho Geral da Guiana:

Antes de minha partida de Paris, o princípio da arbitragem foi aceito pelos dois poderes interessados. O telégrafo nos anunciava, faz alguns dias, a designação do árbitro. Devemos aguardar sua decisão com calma e dignidade,

abstendo-nos de polêmicas ou de recriminações mais ou menos acerbas, que não podem de hoje em diante exercer nenhuma influência sobre o desfecho desse grande processo internacional.

Não será porém em alguns dias ou em algumas semanas que o árbitro poderá formar uma opinião definitiva sobre uma questão que de uma parte e da outra fez correr rios de tinta e cuja solução exige estudo prévio de numerosos textos diplomáticos e geográficos, porquanto é interpretação contraditória desses textos que constitui a base mesma do litígio. Há portanto lugar para preocupação como situação provisória durante esse período de espera, dos habitantes permanentes ou temporários do território contestado. Tinhas o direito de conceber temores sérios relativamente à manutenção das relações pacíficas, nas jazidas minerais, entre quatro ou cinco mil mineradores, de raças e nacionalidades diferentes, absolutamente abandonados a si mesmos. Até este dia, muito felizmente, essas apreensões não foram justificadas por fatos materiais...³⁴⁴

De fato o problema mudara de cenário. Tratava-se agora de resolver definitivamente o pendência entre os dois países. Na cidade do Amapá mesmo, numa demonstração contundente da mudança, prevalecia o anticlímax do conflito armado.

Em princípio de 1896 Cabralzinho parte para um circuito de defesa da posição brasileira na batalha diplomática. Começa levando ao Presidente da República, Prudente de Moraes, longo relatório sobre os acontecimentos, ilustrado com mapas de Gonçalves Tocantins. A viagem mesmo é um sucesso. A cada porto, ao longo da costa, as manifestações de solidariedade e entusiasmo explodem.

Sua volta do Rio, em junho de 1896, é feita em meio a festa:

Às 9 ½ horas partiu do cais Pharoux uma lancha levando a bordo o sr. Capitão José Veiga Cabral, major Francisco Antônio da Veiga Cabral, chefe de Seção do Correio Geral, irmão e primo do heróico defensor dos nossos direitos, dr. Inocêncio Serzedelo Correia, deputado federal, membro da colônia paraense e o bravo general Veiga Cabral.

Seguiram-se outras lanchas conduzindo o corpo acadêmico, estudantes de preparatórios, oficiais e praças dos batalhões patrióticos, comércio nacional, funcionários públicos, operários e grande número de senhoras.

A multidão que se apinhava no cais ao avistar o destemido brasileiro saudou-o delirantemente com palmas e vivas estrepitosos.

Quando o Brasil fez sinal de largar ferros e o valente paraense ia se aproximando do paquete partiram exclamações entusiásticas, as quais agradeceu Veiga Cabral, visivelmente comovido.

Foi um verdadeiro delírio, as senhoras agitavam lenços, cavalheiros saudavam-no freneticamente e o herói do Amapá correspondia a todas estas saudações verdadeiramente satisfeito. ³⁴⁵

Uma missão de observação

Era a vez do trabalho de gabinete. Mas ele não dispensava a informação e a contra-informação. Durante os próximos anos um cientista ilustre, o professor suíço Emílio Goeldi, seria usado como agente brasileiro. Desde logo foi mandado como observador, e escreveu ao ministro das Relações Exteriores em 21 de novembro de 1895:

De volta da nossa expedição da Guiana brasileira, que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de Territoire contesté franco-brésilien, redigi às pressas um relatório sumário, que entreguei a S. E. o Sr. Lauro Sodré que muito provavelmente chegará às mãos de V. Exa. pelo mesmo vapor, com esta carta. Nesta carta eu queria ainda concentrar de modo mais nítido outras impressões gerais como juntar algumas informações que podem ser úteis por sua atualidade.

O território contestado é folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem exceção a gente do Amapá pelo sul; brasileiros são os moradores do rio Cunani, do rio Oiapoque. A língua usada é portuguesa, o modo de vida, os costumes, a educação – tudo é tal qual como no Pará porque quase todos são paraenses.

Nas ditas localidades há quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três somente crioulos de Caiena. O único ponto do território contestado, onde de fato há uma completa inversão, é o rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, Martinique e Guadaloupe, enfim súditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique.

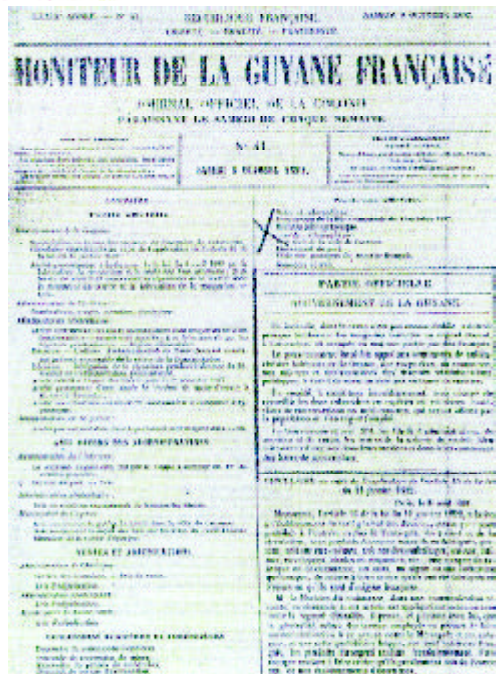
Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do território contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles querem ser brasileiros. Pois posso afirmar, porque o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França. O que o Sr. H. Coudreau escreveu acerca das simpatias para a França é grossa mentira, a gente de Cunani ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau. Não encontrei em parte alguma o que poderia intitular um partido francês; há no Cunani um ou outro (no máximo umas 8 pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido de que o próprio Trajano voltando ao Cunani deixará as suas antigas relações com Cayenne e tranquilizará seus compadres e parentes. Quer me parecer que o Brasil faria um passo acertado tratando tanto o Trajano como o piloto Evaristo com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.

Quanto ao valor do território contestado não quero dissimular a minha firme convicção que as regiões baixas do Sul (Cabo do Norte e Amapá) não o prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do Norte, do Cunani até o Oiapoque. Não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do A. Calçone em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim! Cortar pelo meio o nó gordiano é coisa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: Ou tudo ou nada! — Se o território contestado se limitasse ao Amapá Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. Um limite mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil como à França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo troiano! Mas como o norte do Contestado é tão bom como o sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.

Soube pelo Sr. Governador Dr. L. Sodré de uma recente reclamação francesa concernente ao impedimento de súditos franceses no Contestado. Como eles torcem os fatos! Tudo alteram, nunca vão com a verdade! O que há é isto: No Cunani, como no Amapá o governo local proíbe, proprio motu, a invasão do curso superior dos rios por aventureiros de qualquer nação, e não só da francesa. Dizem que a consequência destas invasões é necessariamente a desordem, a falta de



Os jornais da Guiana Francesa, enviados ao governo brasileiro, continuaram reportando um clima de intranquilidade na região, mas não se tem nenhuma notícia de incidentes mais sérios



segurança individual, o desassossego, e apontam, como exemplo palpável, para o caso do rio Calçare. Aos aventureiros i. e., mineiros, dão sempre a mesma resposta estereotípica: Aguardem a solução do litígio, a arbitragem. Por ora ninguém sobe — somos nós que não o permitem [sic].



Cachoeiras do rio Calçare

Ora, acho este procedimento perfeitamente razoável; é fruto da própria iniciativa do povo indígena e a França se tornaria sumamente ridícula, se ela duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um seu torrão [sic] contra desordeiros. Ela poderia queixar-se, se houvesse exclusivismo relativo aos franceses, mas este não existe; sei que José da Luz intimou, no Cunani, por diversas vezes tanto ingleses como franceses e canoas com mineiros de diversas nacionalidades, a recuar. Esta tática é fato perfeitamente lógica; esta gente quer as costas em paz e as costas são neste caso as cabeceiras dos rios; esta tática é filha da experiência prática. É um veto de paisanos contra aventureiros, e não de brasileiros contra franceses!

Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o piloto do Bengali. Evaristo é paraense, de Benfica, perto do Pará onde ele ainda hoje tem parentes, como ele mesmo me contou. É a segunda vez que os franceses caem na asneira de reclamar como seu patrício um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvida e impressa mandarei a V. E.), fez, a modo de muitos vigienses do Pará por bom número de anos, piloto e pescador; viagens para Cayenne, e conhece a costa desde o Pará até o rio Maroni e Suriname; e chegou a casar-se com uma crioula em Cayenne e residiu lá como ele mesmo me contou. Ora, o Code Napoleon estabelece: La femme suit la condition du mari! Por consequência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro Francês, para provar o caso inverso! — O caso Evaristo é pendant para o caso Trajano.

A navegação para o Contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o Cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor Ajudante agüente as viagens durante o inverno; parece que a Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o fato que os mapas de Mouchez, relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem feitos no seu tempo — hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais às indicadas no Mouchez; desapareceram ilhas que ele indica, tem novas não mencionadas, os canais ... [ilegível] e muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da costa precisava ser renovado pelo menos de 5 em 5 anos, tão grandes as modificações que lá se realizam.

À pergunta, o que conviria fazer atualmente em relação ao território contestado, direi: prestar mais atenção ao norte do Contestado, animar os moradores do Cunani, do Caciporé e do Nassa e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contato entre elas e com o sul.

Prendendo assim no meio o rio Calçene, a influência francesa acha-se por assim dizer num cul-de-sac, e o Brasil pode esperar tranquilamente o dia da liquidação final.

Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que a estrídula vizinhança dos crioulos no Calçene com o Cabral no Amapá é uma fonte

constante do perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha reta a distância que os separa é de poucas horas; por terra, via rio Amapá Grande a viagem do Calçene até o Amapá Pequeno não é maior do que um dia. Certo Lourenço Baixamar, de Marajó (Pará), indivíduo que muito simpatiza com os crioulos de Caiena, e constantemente reside em Caiena e no Calçene, abriu uma picada até o Amapá com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre, atacando o Cabral pelas costas.

Peço desculpas a V. Ex.^a da falta de coordenação de idéias nestas linhas escritas na última hora.³⁴⁶

Em seu relatório contava o cenário em Amapá

Contemplamos mais longe os frescos monturos de destroços e restos de incêndio de mais de 15 habitações, produto daquele terrível massacre de 15 de maio de 1895, contra a razão e o direito e sob flagrante quebra de compromisso, através do então governador de Caiena — Charvein chamava-se o inábil diplomata de triste lembrança — realizado pelos soldados da marinha francesa que tudo reduziram a cinzas. Por toda parte ainda se acham os vestígios daquela feia chaga da mais jovem história colonial francesa, estampada em meros orifícios de balas nas paredes das casas do porto e da igreja. Creio com firmeza que em cada francês honrado e sensato, tanto quanto em mim, que não pertencem a nenhuma das nações em conflito, diante dos túmulos, que guardam no novo cemitério do Amapá numerosas mulheres, crianças, anciãos e enfermos assassinados, a involuntária pergunta explode: — Quem assume exatamente a responsabilidade neste escândalo sem remédio, que é um murro no rosto da civilização de nosso século?³⁴⁷